



Sítio
Barreiras

30 anos
do Fruto do Bem



NOSSA HISTÓRIA TEM RAÍZES. NOSSO FUTURO, NOVOS FRUTOS.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237s

Júnior, Roberto.

Sítio Barreiras: 30 anos do fruto do bem / José Roberto dos Santos

Júnior. Juazeiro do Norte: Editora Ladrilhos, 2026.

130 p. : il.

ISBN 978-65-02-40675-5

1. Economia Agrícola 2. Administração Rural 3. Fruticultura. I.
Título.

CDD-338.1

Índice para Catálogo Sistemático:

1. Economia Agrícola – Administração Rural –338.1

Thalyta Cavalcante Alencar – Bibliotecária - CRB-3/1616

*“Vejo o Nordeste
erguendo a bandeira
De ordem e progresso,
à nação brasileira”.*

Trecho de Paulo Afonso (1955),
composição de Luiz Gonzaga e Zé Dantas.

SUMÁRIO

PREFÁCIO | Página 7

CARTA AO LEITOR — FÁBIO RÉGIS DE ALBUQUERQUE | Página 10

CARTA AO LEITOR — CRISTIANE FILOMENA MARTINAZZO |
Página 12

01 | NÓS QUE AQUI ESTAMOS, POR VÓS ESPERAMOS | Página 15

02 | DESBRAVANDO IMPERATRIZ | Página 23

03 | RECALCULANDO A ROTA | Página 35

04 | VOANDO ALTO | Página 55

05 | TURBULÊNCIA | Página 67

A PERDA DE SEBASTIÃO RÉGIS | Página 76

06 | POUSO SEGURO | Página 79

MISSÃO VELHA: REFLEXO DE PASSADO, PRESENTE E FUTURO
| Página 97

ANEXO | A TRAJETÓRIA DO FRUTO CONQUISTADOR: DA PA-
COVA COLONIAL À FORMAÇÃO DA BANANICULTURA | Página
101

REFERÊNCIAS | Página 121

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS | Página 123

NOTAS | Página 125

PREFÁCIO

Olhar para o horizonte verdejante do Sítio Barreiras hoje, com sua estrutura de vanguarda e processos de padrão internacional, nos faz recordar com orgulho a poeira na estrada e os desafios estruturais de três décadas atrás. Quando junto a Fábio Régis, assumi o compromisso como engenheiro agrônomo responsável por liderar a modernização técnica e a transferência de tecnologia nesta organização, sabia que estávamos prestes a redesenhar os limites da bananicultura no Nordeste brasileiro, e por consequência no Brasil.

Todo grande legado agrícola, no entanto, nasce de raízes fortes, de quem desbravou o solo com seriedade. Nesta história, essa fundação sólida tem nome: o senhor Sebastião Regis e a dona Vitória Travassos. Foi a partir dos valores inabaláveis e do respeito à terra plantados por eles que as próximas e audaciosas etapas puderam florescer.

Há 30 anos, implementar alta tecnologia no campo exigia mais do que conhecimento técnico e científico; exigia uma profunda relação de cumplicidade e visão de futuro. Foi nessa trincheira, na região do Cariri, unindo a força de Barbalha e o coração de Juazeiro do Norte, no Ceará, que caminhei lado a lado com o Fábio Régis. Juntos, iniciamos o projeto que transformaria a região em um polo de referência com a introdução do cultivo comercial da banana ‘Prata’.

O entusiasmo, o arrojo do Fábio, e o apoio incondicional de sua esposa, Cristiane Martinazzo, foram os motores fundamentais para tirar a teoria agrônômica dos livros e fixá-la fortemente no chão do Nordeste.

O leitor testemunhará nestas páginas uma verdadeira revolução na engenharia agrícola e logística da fruta.

Rompemos com o passado ao plantar mudas de bananeiras de origem genética comprovada, projetamos o transporte de cachos no campo por meio de cabos aéreos, evitando o dano mecânico e preservando a integridade da fruta. Implantamos modernas casas de embalagem equipadas com sistemas de estacionamento de cachos e tanques de lavação, garantindo um padrão sanitário e de qualidade até então inédito na região.

Fomos além da fazenda: estruturamos câmaras de maturação com atmosfera controlada, e consolidamos uma frota própria com caminhões refrigerados, garantindo o frescor da colheita de frutos do bem, direto para as mesas dos consumidores.

No entanto, o aspecto mais nobre dessa trajetória, e que merece o mais profundo destaque, é que a evolução técnica jamais atropelou o fator humano. Desde o início, compreendemos que nenhuma tecnologia prospera sem pessoas valorizadas. O processo de modernização foi, essencialmente, um processo de inclusão e capacitação dos nossos colaboradores. Mais do que ensinar novas práticas de manejo, a empresa assumiu um compromisso genuíno com a dignidade e os valores humanos de quem vive do campo. Esse respeito materializou-se na construção de refeitórios dignos e acolhedores dentro das propriedades e, de forma ainda mais empolgante, no investimento em escolas para os filhos desses colaboradores. O Sítio Barreiras provou, desse modo, que a produtividade da terra é diretamente proporcional ao cuidado com o ser humano.

O maior sucesso de uma empresa familiar não é apenas alcançar a excelência tecnológica ou social, mas garantir a perpetuidade dos seus propósitos. É com imensa satisfação que vejo hoje a nova geração, o Fabrício, o Felipe e a Carolina, dando sequência a essa história.

Eles assumem o manche com a mesma paixão, energia e compromisso ético com a modernidade e com o próximo que vi em seus pais e avós.

Este livro não é apenas o registro cronológico de uma marca ou de propriedades rurais de sucesso. É um testemunho real de que a tecnologia, ciência agrônoma; a justiça social e os laços familiares, quando caminham sob o mesmo propósito, são capazes de transformar a geografia econômica de uma região e erguer um império de sustentabilidade, pioneirismo e humanidade.

Convidar o leitor a mergulhar nessas páginas é, para mim, reviver os melhores e mais desafiadores 30 anos da minha própria trajetória profissional.

Parabéns à família Regis e Martinazzo por imortalizar esta saga.

Que esta leitura inspire a todos que acreditam que o futuro da agricultura se cultiva com ousadia, técnica e muito coração.

Boa leitura.



ROBERT HARRI HINZ

Eng. Agrônomo
MSc. Fitopatologia



CARTA AO LEITOR

Fábio Régis de Albuquerque – CEO do Sítio Barreiras

“Caro leitor,

Sempre entendi que as habilidades que recebi traziam a responsabilidade de retribuir. Esse sentimento tem raízes nos ensinamentos dos meus pais, que me mostraram o valor do trabalho, o sentido da responsabilidade e o respeito pelas pessoas. A eles devo muito da minha formação e da maneira como conduzi minha vida. Foi com essa base e com esse sentimento de missão que começamos o Sítio Barreiras.

Não sabíamos aonde chegaríamos. Procurei responder ao que precisava ser feito a cada dia, ouvindo as pessoas e reunindo forças para construir com elas. Nesse caminho, o trabalho e a vida se entrelaçaram. Filó e eu fizemos da fazenda nossa casa, e nossos filhos cresceram em meio às pessoas e ao cotidiano da empresa. Sua sensibilidade sempre

complementou meu olhar analítico e me ajudou a perceber o que os números e o planejamento não alcançam. Ela é, para mim, a alma do Sítio Barreiras.

A maior recompensa dessa convivência é ver pessoas crescerem como profissionais e como seres humanos. Eu também me eduquei com elas e com as dificuldades que enfrentamos. Aprendi a reconhecer meus limites e a compreender melhor as consequências das minhas decisões. A experiência me ensinou a unir a ousadia de quem deseja realizar à prudência de quem responde pela empresa e pelas vidas ligadas a ela.

Ao completar estes 30 anos, agradeço a todos que deram algo de si a essa construção. Sinto que valeu a pena pelo que vivemos e pelo que nos tornamos.

É dessa história que vem minha confiança no futuro. Já fomos apenas agricultores. Hoje trabalhamos em toda a cadeia da banana e caminhamos para uma atuação cada vez maior no comércio e na distribuição de frutas. Nossa maneira de participar do mercado se transforma, enquanto o sentido humano do trabalho permanece. Foi essa essência que nos trouxe até aqui, e é nela que vamos nos apoiar para escolher os próximos caminhos.

Continuo com energia e vontade de cumprir minha missão, com ousadia para mudar e firmeza para preservar nossos valores e a profundidade das nossas relações. Espero que nossos filhos encontrem nesse propósito a própria realização e escolham levá-lo adiante, com suas ideias e sua maneira de contribuir. O futuro lhes dará desafios diferentes dos nossos e exigirá respostas que ainda não conhecemos. Quero ajudar a preparar esse caminho, para que o Sítio Barreiras possa seguir mudando, permanecendo o mesmo naquilo que dá sentido à sua existência”.



CARTA AO LEITOR

Cristiane Filomena Martinazzo – Diretora administrativa do Sítio Barreiras.

“Minha vivência no Sítio Barreiras sempre esteve muito próxima das pessoas e do seu dia a dia. Foi nessa convivência que aprendi a enxergar quanto a história de uma empresa se mistura à vida de quem trabalha nela. Ao longo destes 30 anos, muitas pessoas dedicaram parte de suas vidas ao que construímos. Nesse tempo, aprenderam, enfrentaram dificuldades, descobriram capacidades e fizeram escolhas. É também a história dessas vidas que encontro nas páginas deste livro.”

Gosto de pensar no Sítio Barreiras como uma casa. Um lugar onde as pessoas encontram espaço para trabalhar, aprender e se desenvolver. Esse acolhimento traz consigo responsabilidade: fazer parte exige cuidado com o que é de todos e compromisso com os valores que nos aproximam. A casa se fortalece quando cada pessoa compreende o valor da sua presença e daquilo que pode oferecer.

Vi isso acontecer muitas vezes. Convivi com pessoas de comunidades rurais que tiveram poucas oportunidades de estudo e que, no trabalho, descobriram capacidades que até então desconheciam. Ao realizar bem uma tarefa e receber reconhecimento, começaram a se enxergar de outra maneira. Algumas decidiram estudar; outras assumiram responsabilidades que nunca haviam imaginado para si. Acompanhar essas mudanças me fez compreender a profundidade da expressão “cultivando a vida”.

Essa convivência também me trouxe consciência da responsabilidade que Fábio e eu temos como referência. Nosso jeito de agir, de trabalhar e de tratar as pessoas deixa marcas. Algumas seguem conosco há muitos anos. Outras foram construir seus próprios caminhos, levando aprendizados dessa experiência. Saber que algo vivido aqui continua ajudando alguém a conduzir sua vida é uma das maiores alegrias dessa história.

Por isso, considero tão importante contá-la. Uma história compartilhada, com suas conquistas, seus erros e suas dificuldades, pode ajudar outras pessoas a encontrar direção. Para nossa família, este livro também guarda as raízes do que vivemos hoje. Conhecer quem começou, o que enfrentou e o que construiu nos ajuda a compreender o presente e a dar fundamento às escolhas do futuro.

E o futuro do Sítio Barreiras terá novas pessoas, novas oportunidades e muitas histórias para contar. Cada pessoa que chega traz algo seu e

renova o lugar. Meu desejo é que essa renovação preserve a essência que fez daqui uma casa importante na vida de tanta gente: um espaço de acolhimento, trabalho e crescimento humano.

A história começou com algumas pessoas, continua hoje com outras e seguirá com aquelas que ainda virão. Que este livro ajude as próximas gerações a reconhecer esse elo e a cuidar dele. E que o Sítio Barreiras continue oferecendo a muitas vidas a oportunidade de descobrir até onde podem crescer.

Filó”

01 | NÓS QUE AQUI ESTAMOS, POR VÓS ESPERAMOS

Às 2h45 de 16 de outubro de 1957, no Hospital Português, em Recife, teve termo a vida de Sebastião Régis de Albuquerque, famoso cafeicultor da região do Vale do Siriji, viúvo de Maria Pessoa de Albuquerque (Marieta) e pai de José, Joaquim, Maria de Lourdes, Maria das Graças, Maria Tereza, Sebastião Júnior, Antônio, Fernando e Maria do Carmo.

Já há alguns anos, a rotina da fazenda Oito Porcos, em São Vicente Férrer, e da casa da família, no bairro Encruzilhada, em Recife, sofria sobressaltos com as frequentes crises respiratórias do patriarca. Naquela manhã de outubro, estava encerrado o padecimento de Sebastião, mas não o legado construído em seus 82 anos de vida.

Talvez possa o leitor estranhar que, na publicação referente aos 30 anos do Sítio Barreiras, eu tenha optado, logo no princípio, por remeter-me a uma efeméride de quase 70 anos, mas é imperativo que assim se faça. Na visão de Auguste Comte: *“os vivos são sempre, e cada vez mais, governados pelos mortos; tal é a lei fundamental da ordem humana”*.

Produtos que somos das decisões e preferências dos que nos antecederam, e inclusos que estamos em processos históricos que extrapolam nosso controle, uma vez que já estavam em andamento quando do raiar de nossa existência, é necessário que entendamos que esses reflexos também se expressam nas empresas e organizações, como o é o Sítio Barreiras, pois, independentemente do conceito abstrato de impessoalidade imposto pelos burocratas, empresas são, antes de qualquer coisa, feitas por e para pessoas.

Nesse quesito, a filosofia de vida e negócios de Sebastião Régis influenciou a formação de Sebastião Júnior, que, por sua vez, contribuiu para a formação de Fábio Régis e, indiscutivelmente, é vista no cotidiano do Sítio Barreiras. Cada qual, a seu modo e diante das demandas de seu tempo, as gerações da família Régis mantiveram um eixo nítido do que, positivamente observado, foi sendo acatado e abraçado.



Sebastião Régis de Albuquerque

Ainda na década de 1930, Sebastião Régis encomendou estudos de solo da fazenda Oito Porcos, uma prática pouco usual naquela época, buscando otimizar a produção e seus custos. Reconhecido pela qualidade do café produzido, havia ainda uma reserva dentro da fazenda, onde a produção era mais aprimorada, focada no abastecimento interno da casa e, diante do sucesso da metodologia, expandida à produção comercial. Eis o primeiro elo: a busca por excelência.

Nascido em 1875, Sebastião Régis teve sua formação pessoal nitidamente marcada pelo sistema patriarcal, ainda bastante vigente naquele período, mas não titubeou em acatar as recomendações de José Albuquerque, filho do primeiro casamento, que o incentivou a contratar agrônomos e melhorar a qualidade dos cafezais e outras culturas da fazenda. Eis o segundo elo: a escuta.

Ao falecer, Sebastião Régis já contava, há alguns anos, com a dedicação de Sebastião Júnior na liderança da fazenda Oito Porcos, tendo sua atuação alcançado as feiras de muitas praças do Nordeste, pois, *mangaieiro*¹ por excelência, Sebastião Júnior não se deteve somente às vendas na praça de São Vicente Férrer e aos atravessadores de regiões vizinhas.

Rapaz moço, atraído pelas vaquejadas, poderia ter focado em usufruir dos bens paternos, e quiçá mantê-los estáveis; mas, incorporando a figura do patriarca e não se contentando apenas em auxiliar o pai, que, distante do vigor de outrora, havia requerido do filho seus préstimos na lavoura e administração dos bens da família, dedicou-se com afinco, mantendo a integridade da fazenda e sua participação expressiva no ramo cafeicultor pernambucano. Eis mais um elo importante: dedicação à família.

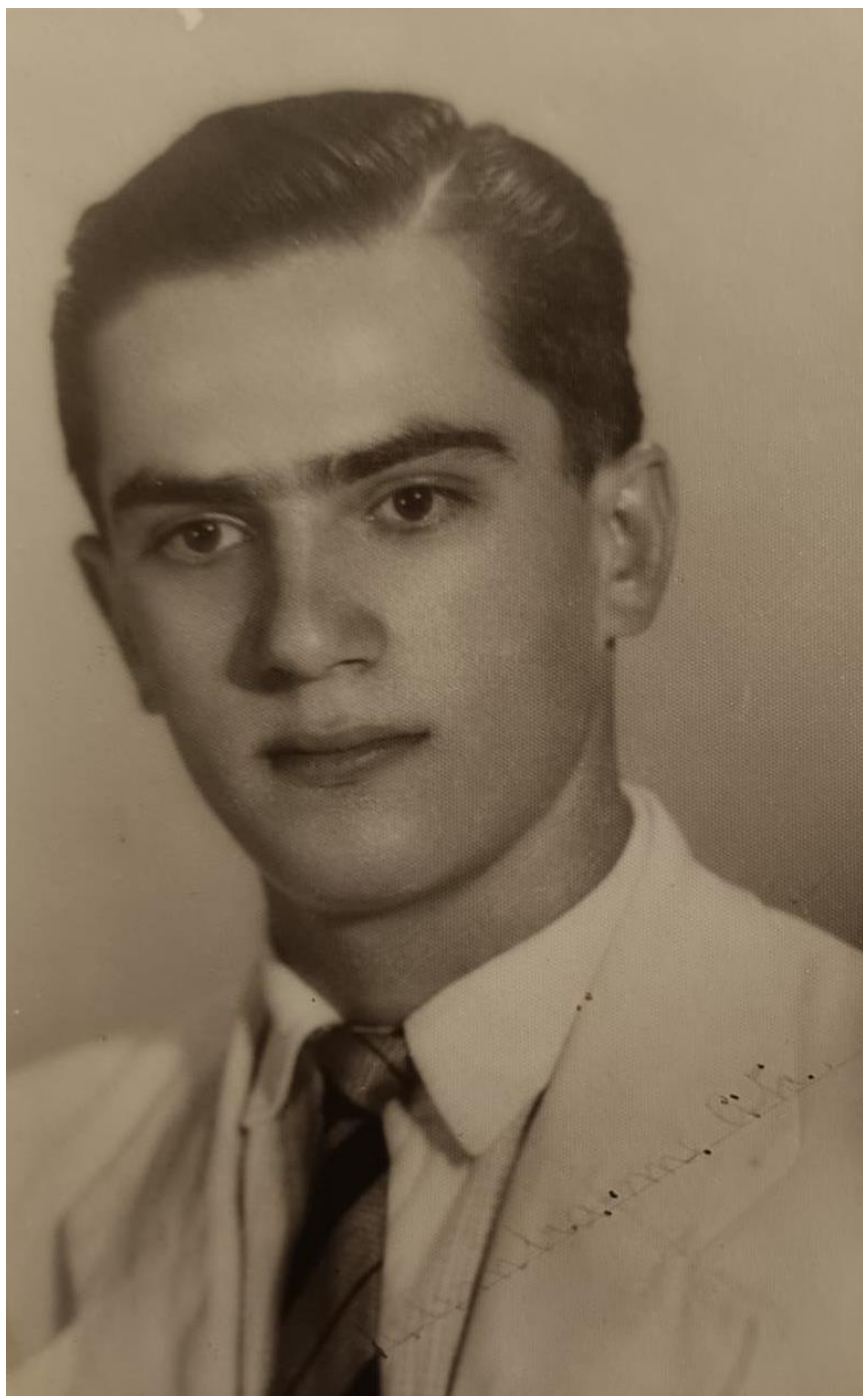
Apesar de sempre ter focado no cafezal, Sebastião Régis sempre soube que não se pode viver de uma única roça, e não temeu as mudanças quando foram necessárias. Assim, a propriedade da família sempre teve muitas culturas e, quando das crises no preço do café e das pragas

da lavoura, conseguiu vencer as adversidades, investindo, inclusive, na produção de bananas. Eis o quarto elo: o destemor.

Em muitos momentos da história da família Régis de Albuquerque, esses elos seriam evocados. Sebastião Júnior passou aos filhos e netos não apenas o que absorveu da têmpera de trabalhador incansável de Sebastião Régis, mas também o que recebeu do afago e da sutileza de D. Marieta, sua mãe, que o deixou tão cedo. Essa sabedoria seria complementada pelas aulas do Padre Daniel, no Gymnásio São José, de Nazaré da Mata, que lhe falava dos gregos e de suas filosofias com encantamento tal que assumia, aos olhos do aluno, o aspecto de uma testemunha ocular. O Sítio Barreiras, cujo projeto teve execução plena a partir de 1996, é testemunho constante disso e sempre reservou espaço às sutilezas da filosofia e da poesia, como revela o próprio lema da empresa — “Fruto do Bem” —, de lavra do poeta barbalhense Marchet Callou.



Sebastião Júnior com Ângela, sua sobrinha, filha de Maria das Graças, em frente ao casarão da fazenda Oito Porcos. 1957.



Sebastião Júnior aos 22 anos.



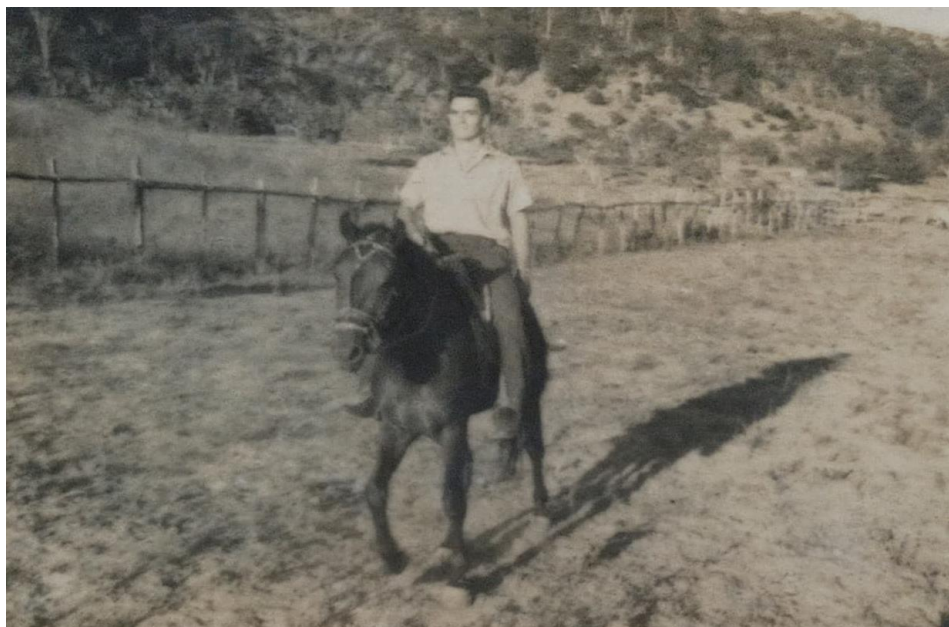
Sebastião Júnior e Fernando Régis, diante do casarão da fazenda Oito Porcos, berço da família em São Vicente Férrer (PE). 1962.



O casarão da fazenda Oito Porcos em 1996.



Registro do casamento de Sebastião Júnior e Vitória, em João Pessoa (PB). 08/12/1961.



Sebastião Júnior e Apolo, seu cavalo de vaquejada, figura constante na cozinha do casarão da fazenda, que de tão ampla, comportava o animal que ia até lá beber leite de gado com cenouras, servido por Vitória Travassos em um balde.



Sebastião Régis já em idade avançada, período em que passava maior parte do tempo em Recife (PE).

02 | DESBRAVANDO IMPERATRIZ

Antes de chegarmos a 1996, ano da fundação do Sítio Barreiras, precisamos continuar reconstituindo os passos da família até aportarem no Cariri Cearense, e um grande e importante capítulo dessa história teve como cenário principal a cidade de Imperatriz, no Maranhão.

Embora sua história remonte à segunda metade do século XIX, Imperatriz viveu seu grande fluxo de expansão a partir da construção da rodovia Belém–Brasília, cujas obras foram iniciadas em 1958, representando um dos mais ambiciosos projetos do governo de Juscelino Kubitschek. Ali, parte da família Régis de Albuquerque se estabeleceu na década de 1960, a iniciar por Antônio Régis, rebento de Sebastião, que havia se desgarrado da lavoura e buscado os estudos em medicina.

Recém-formado, Antônio Régis viu a oportunidade de crescer profissionalmente na cidade que estava em construção e buscou atrair os irmãos. Sebastião Júnior, casado há poucos anos com Vitória Travassos, viu a oportunidade de trocar os ares campestres da Zona da Mata pernambucana pelo turbilhão amazônico propiciado pela nova rodovia.

Sobre a união de Sebastião Júnior e Vitória, há uma passagem interessante sobre a relação do casal e a bananicultura. O primeiro contato ocorreu em agosto de 1960, na vaquejada de Alagoa Grande (PB), cidade onde Vitória, natural de João Pessoa, tinha parentes e estava em viagem de férias.

Meses após, ela, que não mantinha correspondência com Sebastião Júnior, foi surpreendida com um caminhão carregado de bananas em frente ao colégio estadual da capital paraibana, onde estudava. Era o vaqueiro que lhe chamara atenção em Alagoa Grande, dessa vez não mais a cavalo, e aproveitando a rota para distribuir a produção da fazenda Oito Porcos, que há quase uma década também produzia bananas.

Mas voltando à mudança para o Maranhão; corria o mês de setembro de 1966, quando Sebastião Júnior deixou a fazenda Oito Porcos sob os cuidados do irmão Fernando e, acompanhado da esposa, Vitória, dos filhos Kátia e Sebastião Neto, e de uma babá, encarou cenários inóspitos de mata e obras inacabadas. Até chegar a Imperatriz foram três dias de viagem, suportando a poeira da Belém-Brasília, ainda sem asfalto, os mosquitos da floresta e a dormida improvisada na camionete, que, durante o trajeto, se transformou na casa da família.

O plano era infalível: com as economias feitas ao longo de anos e a venda de alguns bens, iria montar uma indústria cerâmica, fornecendo um item essencial para o setor de construção civil, tão pujante em Imperatriz naquele momento.

Para conter custos, a família de Sebastião Júnior morou em uma cabana de agregado da fazenda de Antônio Régis, com absoluta deficiência de infraestrutura, a água, por exemplo, era retirada por Vitória manualmente de um poço artesiano; depois, mais alguns meses, no hospital da cidade, também em construção e que tinha como um dos sócios Antônio Régis. Isso deu tempo hábil para a aquisição de um terreno apropriado para a cerâmica e para a execução de outra maçante viagem, dessa vez até Lins, no interior de São Paulo, para aquisição do maquinário. Sebastião Júnior não renunciava à qualidade e investiu pesado nos melhores aparelhos do mercado de olaria naquele contexto.

Com o CNPJ aberto em 1968, a Cerâmica São Vicente Férrer tinha todos os predicados para decolar com alta razão de subida, mas não foi o que aconteceu. A população não aderiu aos novos tijolos, perfurados, feitos por máquinas. Acreditavam que os furos no bloco aumentariam o gasto com cimento e que sua durabilidade não poderia ser comparada ao núcleo maciço de um tijolo de adobe comum, que vinha de localidades distantes.

As dificuldades foram inevitáveis e a família precisou adotar um modo de vida franciscano para equalizar as contas. D. Vitória relata que,

dos muitos vestidos que levou de João Pessoa ao casar-se com Sebastião Júnior, alguns terminaram sendo recortados para a confecção de roupas para a filha, Kátia, e as barras das calças do esposo, que, no calor amazônico, eram dispensáveis, foram usadas para costurar as vestimentas de Sebastião Neto.

Enquanto a coisa engrenava, Sebastião Régis diversificou investimentos buscando gerar receita. Apostou em gado e madeira, mantendo sempre atenção máxima à cerâmica. D. Vitória Travassos recorda que foram momentos amargos, e que mais de uma vez teve que injetar ânimo no marido, que diante do cenário pensava em desistir, vender o patrimônio e tentar a sorte em outro ramo.

A caminhada conjunta do casal foi essencial. Além do mercado desafiador, Sebastião ainda enfrentava dificuldades com a administração da cerâmica. Enquanto focava no operacional, Sebastião via o financeiro ficar a cargo de terceiros, situação que trouxe muitos dissabores, mas foi contornada com a entrada de Vitória Travassos, que apesar da pouca idade, incorporou a posição de gerente e vendedora.

Foi durante a década de 1970 que Sebastião Júnior viu, finalmente, a aceitação do produto aumentar e seu rigor com a qualidade ser recompensado pelo consumidor, num momento de colher os louros de ser pioneiro do setor em Imperatriz, o que lhe garantiu uma posição muito confortável financeiramente, graças ao grande percentual do mercado ocupado pela sua empresa, fazendo valer o ditado: *“Quando a noite está mais escura, é porque está perto de amanhecer”*.

Todavia, a taxa de reinvestimento no negócio sempre foi elevada, e ele não quis aguardar o declínio do faturamento da cerâmica para investir em outras áreas. Comprou imóveis urbanos e rurais, aproximou-se do setor aeronáutico — uma paixão antiga — e engajou-se plenamente na vida social e política maranhense, aguardando a chegada da concorrência e o arrefecimento da construção civil em Imperatriz e região.

Previu e acertou: o sucesso da Cerâmica São Vicente Férrer atraiu novos investidores para o setor, e a concorrência crescia a cada ano. Para além disso, ao fim da década de 1970, o grande *boom* de crescimento de Imperatriz já havia passado, e o país encarava inflação interna elevada, racionamento de combustíveis fósseis e afins, fatores capazes de maltratar até aquela região tão prospera do Maranhão.

Mas Sebastião Júnior não fora ingênuo. Cioso de que o consumidor pode parar de construir, mas não pode parar de comer, manteve a diversificação de investimentos, criando gado, cortando madeira e abrindo lavouras, voltando às origens campestres, adentrando a década de 1980 com segurança. Em seu EMBRAER Corisco buscou os melhores profissionais de irrigação do Pernambuco, não poupou em adubação, e investindo em tecnologia, onde só se pensava em passar tratores de esteira e abrir novas áreas, correu na contramão e conseguiu bons resultados.



Sebastião Júnior sobre a asa do Corisco, julho de 1979.



D. Maria das Neves, Kátia Régis, Vitória Travassos e Sebastião Régis pouco antes do embarque para Belém. 1979.





O casal Sebastião Régis e Vitória Travassos marcou Imperatriz com seu espírito associativo. Participaram de várias iniciativas, dentre elas o Clube Tocantins, onde organizaram shows históricos de artistas como Roberto Carlos, Ney Matogrosso, Benito Di Paula, Luiz Gonzaga (foto) dentre outros.

Foi em 1982, com a fazenda Lagoa Verde que a banana retornou às pautas da família de Sebastião, agora já completa, tendo como fruto da união com Vitória Travassos: Kátia Régis, Sebastião Neto, e Fábio Régis, nascido em 1970, já em Imperatriz. O casal já não abastecia somente os canteiros de obra, mas também as mesas dos maranhenses.

Em 1986, Fábio, adolescente e planejando ingressar na faculdade, buscou a escuta do pai. Desejava cursar a faculdade indicada por ele, e que melhor atendesse aos destinos pretendidos da família. Diante do novo cenário, Sebastião sugeriu agronomia, um passo importante na emancipação das propriedades da família, que ao fim do curso poderiam contar com a atenção integral de um agrônomo da casa.

Fábio sempre recorda saudoso às noites em Imperatriz, quando ainda muito pequeno segurava a lanterna para que o pai pudesse fazer a manutenção do maquinário da cerâmica. Diferente do pai, que cresceu no campo, Fábio foi criado entre as máquinas, e por elas nutre grande apreço até hoje; mas dentre os ensinamentos do pai, sempre deixou evidente a valorização da família e o apreço pelo trabalho bem-feito. Não mediu distância: se era bom para a família que ele fosse para o campo, ele iria. E se fosse para ser agrônomo, seria um bom agrônomo. Quatro décadas depois daquela conversa, o resultado é incontestável.

Ainda sobre a herança imaterial de Sebastião Régis e Vitória Travassos, a biografia de Fábio ficou marcada por uma passagem que cabe neste trabalho. Aos 12 anos ele se deparou com um homem roçando mato, deficiente de uma perna, e já distante da mocidade. Aquilo atraiu a atenção de Fábio, que conversando com o cidadão descobriu que ele também não tinha casa.

Fábio procurou os pais, que decidiram ajudar, mas não sem contrapartida dele. Se ele queria construir uma casa para o homem, deveria trabalhar e conseguir meios para isso. Apesar da pouca idade, ele já dirigia muito bem, inclusive caminhões, e aproveitou o período de extração de barro para a cerâmica, durante suas férias escolares, e assumiu o

comando de um caçambão Ford (foto a seguir), que após os dias de trabalho, ainda demandava do jovem motorista a verificação da mecânica, verificando óleo de motor, água do arrefecimento, engraxamento e afins, recebendo o pagamento em telhas e tijolos. D. Maria das Neves, avó materna de Fábio, também se engajou na empreitada do neto, que culminou em uma moradia digna ao homem, e um ensinamento eterno ao menino.





Fábio Régis aos 12 anos, em seu emprego de férias: motorista de caçamba.

Voltando ao eixo principal da nossa história. No tocante a faculdade, mais uma vez a busca por excelência se fez presente. Sebastião e Fábio buscaram recomendações, e chegaram a conclusão de que o melhor destino a um pretendo agrônomo seria a Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais, e assim foi feito.

O curso, iniciado em 1987, não deu à Fábio somente a profissão, mas também o complemento de sua família, graças ao relacionamento com Cristiane Filomena Martinazzo, um namoro de faculdade que segue até hoje, e teve como frutos: Fabrício, Felipe e Carolina, e mais seis netos.

Foi também na Universidade de Viçosa que o Sítio Barreiras começou a ser gestado. Fábio engajou-se principalmente no estudo da bananicultura, participando de eventos de extensão, e conhecendo pesquisadores da área, dentre eles o fitopatologista Robert Hinz, figura crucial em todo o processo.

Formado em agronomia pela Universidade Federal de Santa Catarina em 1984, e mestre pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, com ênfase na proteção de plantas, no ano de 1991, Robert Hinz era a pessoa certa, no momento certo.

A princípio, o plano de Fábio Régis era retornar ao Maranhão e aplicar seus conhecimentos nas propriedades da família. Em janeiro de 1993, logo após colar grau, já partiu de Viçosa com o carro carregado de itens necessários para a abertura de uma nova área de bananas em Porto Franco/MA. Um início delicado para sua carreira como agrônomo, pois a plantação seria destinada a reorganização financeira de sua mãe, que naquele contexto estava em processo de divórcio. Não havia margem para erros, a verba era pouca e a necessidade de movimentar esse pouco capital era urgente.

Entretanto, plantar bananas em Imperatriz e região não era tarefa fácil. Embora a atividade já fosse exercida nas propriedades do pai há anos, a operação não estava no cenário ideal, e Fábio sabia dos riscos,

principalmente dos vendavais que devastavam as plantações, e que não pouparam as lavouras de D. Vitória. Era difícil projetar o futuro em um ambiente com o risco real de acordar e ver boa parte da plantação perdida.



O casal Fábio e Filó junto dos filhos, noras e netos.



*“Quem planta o bem colhe o bem
Quem planta o mau nada têm*

*Todo ato da criatura humana
Que ele fala, pratica ou mesmo pensa
Cedo ou tarde ele tem a recompensa
A justiça divina mão se engana
Por que há uma força soberana
A seguir nossos passos do além*

*Quem planta o bem colhe o bem
Quem planta o mau nada têm”*

Trecho de Semente do Bem, composição de
Buco do Pandeiro e Geraldo Maia, lançada
por Jackson do Pandeiro em 1961.

03 | RECALCULANDO A ROTA

Fábio Régis tinha em mente uma nova estratégia de negócios e gestão das plantações, e essa mentalidade destoava das ideias do pai, então era necessária uma opinião externa. Em 1994, Fábio articulou a ida de Robert Hinz até Imperatriz; o objetivo era apresentar as plantações da família, buscando as impressões profissionais dos erros e acertos do modelo empregado.

Sebastião Régis, empolgado com a visita, apresentou os bananais ao visitante. A estrutura, para ele, era de excelente feição, com irrigação, adubação, boa infraestrutura e afins, mas a visão de Robert era completamente diferente.

Expondo sua visão técnica, Robert conseguiu demonstrar que o modelo pretendido não poderia ser executado com a variedade pacovã, até então a majoritária nos plantios da família, e expôs também que o contexto geral de Imperatriz seria inviável para o cultivo da Prata, variedade que, em sua visão, teria melhor desempenho comercial e estaria alinhada com a reorganização dos investimentos dos Régis de Albuquerque.

Estabelecida há quase 30 anos em Imperatriz, a possibilidade de deixar a região se mostrava aterradora, e foi rechaçada por Fábio, que acreditava na viabilidade do enfretamento às adversidades da região; mas deve o leitor recordar que o destemor e a busca por excelência eram característica familiar, e a experiência e visão de Sebastião falaram mais alto, partindo dele a escolha pela mudança definitiva. Por terra e ar, Sebastião e Fábio começaram a percorrer o Nordeste em busca de novas terras que tivessem todos os predicados necessários para a nova etapa da bananicultura na família.

O Cariri cearense, região conhecida pela família há décadas, principalmente por conta do aeroporto regional sediado em Juazeiro do Norte,

e usado por Sebastião Régis nas escalas necessárias do seu EMBRAER, sequer havia entrado no planejamento de compras, mas curiosamente foi a primeira parada de Sebastião e Fábio, que visitaram Mauriti, afim de conhecer a Fazenda União, de Patápio Pinheiro e Neco Bezerra, cujas referências positivas fornecidas pelos cliente em comum haviam chegado até as plantações no Maranhão.

Em seguida visitaram Petrolina e região, ponto de indiscutíveis adjetivos na fruticultura nacional, mas a primeira propriedade que realmente chamou atenção estava localizada em Bom Jesus da Lapa, no interior da Bahia, região de reconhecidos recursos hídricos, e que muito atraiu a dupla durante sua busca. A aparência inicial era a de que a peregrinação mal havia iniciado e já iria terminar.

A gleba estava localizada no Distrito de Irrigação Formoso, uma iniciativa bem-sucedida da CODEVASF, lançada na década de 1980; mas infelizmente a negociação não foi adiante por entraves na documentação do imóvel, e a busca recomeçou, seguindo infrutífera por meses, até que o radar deles começou a indicar a região do Cariri, que até aquele momento havia sido ignorada nesse sentido.

Ao visitarem terras em Serra Talhada, e recordando o projeto de bananicultura bem-sucedido em Mauriti, viram que as condições locais podiam ser enquadradas dentro das exigências do novo projeto e sondaram propriedades mais próximas do triângulo Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha.

Percorrendo a região de carro, o desânimo era evidente. O Cariri tem por característica a existência de centenas de minifúndios, um fator que atrapalhava bastante na escolha da nova terra. As ofertas eram muitas, mas de pequenas glebas que passavam ao largo do desejado.

A extensa rede de amigos e conhecidos de Sebastião Régis incluía um fornecedor de bombas hidráulicas, que possuía ligações com o Cariri, e ficou sabendo de suas intenções, intermediando o contato com

um médico da cidade, possuidor de longa lista de contatos. Ele os levou a várias propriedades, dentre elas um antigo latifúndio no distrito de Missão Nova, berço do processo de colonização do Cariri no século XVII.

As características do local agradaram. Tinha o tamanho correto, possuía água em abundância no subsolo, documentação apta, e estava em uma localização equidistante em relação as principais capitais do Nordeste. O pontapé fora dado com muito cuidado, e os trâmites se estenderam por meses, mas o novo vigor dado ao projeto era inegável.

Ao retornar para Imperatriz, Sebastião Régis apresentou à Cristiane, esposa de Fábio, uma espiga de milho de ótima qualidade, com visível entusiasmo:

- Doutora, esse milho vem da terra onde iremos plantar banana!

Corria o ano de 1996, e os negócios caminhavam de vento em popa. A aquisição das terras estava concluída e até o casamento de Sebastião Régis e D. Vitória havia sido reconstruído. Os ventos da mudança para o Cariri cearense eram alvissareiros, mas nem tudo seriam flores nessa nova etapa, especialmente para Fábio Régis.

Ele agora tinha a grande responsabilidade de erguer, em uma propriedade centenária que nunca tinha passado por um sistema de boas práticas de cultivo do solo, estando sua maior área tomada de capoeiras e de roças de milho e feijão cultivadas pelos meeiros, um projeto inovador de bananicultura em uma realidade de orçamento extremamente limitado.

A partida de Imperatriz tendo Fábio Régis como responsável por tocar o projeto foi decidida de última hora, a princípio, seria Sebastião Régis o responsável por conduzir a fase cearense do projeto. Corria o mês de outubro de 1996, quando já a noite ele tomou a direção do velho caminhão Volkswagen e partiu para o Ceará. Os trabalhos iniciaram em ritmo lento, do Maranhão haviam chegado uma retroescavadeira e um

trator de esteiras, que ajudaram bastante no desmatamento da primeira área a ser implementada, mas que eram insuficientes diante da grande demanda de trabalho. Sem verba para novas aquisições ou locações, o serviço rendeu da maneira que foi possível.

A notícia correu rapidamente naqueles pés de serra: aquele sujeito branco e de olhos puxados, operando o maquinário em ritmo frenético, e que havia informado que iria fazer plantação irrigada em Missão Nova, só podia ser um japonês, daqueles que passavam no *Globo Rural* e que tinham tido bastante sucesso no perímetro irrigado de Petrolina.

Mas estavam equivocados. Fábio Régis era maranhense, e sua família passava ao largo dos povos nipônicos e seus descendentes que haviam ocupado o Vale do São Francisco décadas antes. Em comum, eles tinham apenas o desejo de fazer uma agricultura distante da tradicional.

Fábio Régis tinha desenhado algo completamente novo na bananicultura do Nordeste e, já há alguns anos, enfrentava forte oposição do principal acionista do empreendimento: Sebastião Régis, seu pai.

Sebastião estava habituado ao seguinte contexto: produz, repasso, lucro e reinvesto. Há décadas plantava a variedade Pacovã, estruturava seus negócios da porteira para dentro, tratava com atravessadores e revendedores, via dezenas de caminhões saírem abarrotados com sua produção, e seu saldo operacional permanecia sempre em situação positiva. Se a fórmula era de sucesso, qual a necessidade de alterar? Sua posição favorável à mudança para o Ceará residia na busca por melhorias na produção, e não na alteração da variedade plantada, sistema de distribuição e afins.

Fábio pensava diferente: queria produzir uma variedade de maior qualidade estética e de sabor superior, predados da Prata; desejava controlar as operações para além da porteira, lançando a marca e acompanhando o produto até o consumidor final, e só via sentido e

viabilidade em estruturar uma operação que permitisse que cada passo fosse bem executado, explorando ao máximo cada realidade.

O acordo interno entre ambos deu a possibilidade de execução, da forma desejada por Fábio, do POÇO 01 e POÇO 02, nomenclatura adotada para designar as áreas de cultivo. Tais áreas foram beneficiadas com irrigação, projetada por um parceiro antigo dos Régis de Albuquerque, Francisco Fernandes, e todos os procedimentos agrônômicos necessários para o pontapé da nova cultura ali.

Vindas de Paracatu (MG), as mudas de bananeiras chegaram no alvorecer de março de 1997 (vide foto a seguir). Em 03/03/1997 já havia centenas delas plantadas em solo cearense, mas as plantações não se restringiram a uma só cultura. A abordagem foi ampliada para a cultura do mamão e do feijão, sendo esta última uma importante estratégia de entressafra. Enquanto a bananeiras e mamoeiros cresciam, as fileiras foram ocupadas pelo feijão. Eis um ponto curioso: o Sítio Barreiras, expoente da bananicultura nacional, teve uma carga de feijão como sua primeira remessa ofertada no mercado.





Francisco Fernandes da Costa, sócio da Projetar Irrigação, uma parceria digna de nota.

Morando no casarão da década de 1930 preexistente na propriedade, e trabalhando incessantemente, Fábio Régis tomou conhecimento da nova unidade do Mercadinho São Luiz, que seria instalada no recém-inaugurado Cariri Shopping.

Ao manter contato com parte dos funcionários do empreendimento, recebeu as referências do



Casa sede inicial do Sítio Barreiras, construída em 1932.

gerente de aquisições da matriz, em Fortaleza, e sem demora visitou a capital do estado. O Mercadinho São Luiz mantinha uma central de aquisições dentro do próprio CEASA de Fortaleza, e o primeiro contato do jovem agrônomo causou estranheza na equipe.

Habituação aos métodos convencionais de aquisição e venda das bananas, que estavam distantes do protagonismo no setor de hortifruti, o gerente de aquisições sequer havia ouvido falar em banana prata, imagine ela climatizada e amadurecida por estímulo do gás etileno.

Fábio contra-argumentou, e pediu um mês de experiência do produto, em uma loja a escolha do gerente. A unidade selecionada foi a do Parque do Cocó, e ele voltou ao Cariri com mais um desafio para resolver: a logística.

No novo método adotado, as bananas não poderiam ser expostas ao calor de uma viagem de Missão Velha até Fortaleza em uma carroceria comum. Mas não existia no sítio um caminhão com baú, muito menos com baú climatizado, a bem da verdade, não existia sequer um caminhão apto a cumprir o trajeto, e muito menos recurso para adquiri-lo.

A solução encontrada foi improvisar a Chevrolet D20 da propriedade. A camionete estava com caçamba de madeira, e demandou um engenhoso esquema de colheita e armazenamento para garantir a qualidade final do fruto.

As bananas eram colhidas pela manhã, e armazenadas na pequena câmara fria da propriedade, uma inovação na fruticultura cearense da época. Após o dia sendo resfriadas, e estimuladas com gás etileno, as frutas eram acomodadas na carroceria, que antes de recebê-las, havia sido coberta com uma lona espessa.

O objetivo com a lona era cobrir por completo a carga, fechando ao máximo as entradas e saídas de ar, evitando a troca de temperatura, em um processo chamado de envelopamento. Ainda visando manter a

temperatura, o veículo só partia de Missão Velha, com destino a Fortaleza, no período noturno, evitando sol e ar seco e quente, que era o principal impasse, mas não o único.

A pouca capacidade de carga da Chevrolet D20 estrangulava o ritmo de colheita, e forçava viagens diárias, onde até Fábio Régis era requisitado ao volante, largando a produção e garantindo o revezamento dos motoristas. Apesar do imprevisto, o método foi um sucesso, e garantiu o abastecimento da operação durante a primeira safra, até a aquisição do primeiro caminhão dedicado ao escoamento da produção do sítio, um Ford Cargo, que apesar da maior capacidade, ainda não era refrigerado, obrigando a manutenção dos trajetos noturnos.

O acervo do Sítio Barreiras contém pastas extensas que nos mostram o cuidado empregado na estruturação dessa primeira fase comercial. Foram feitas visitas diversas a mercados e varejistas, constatando a metodologia de exposição e armazenamento das frutas na realidade local, um passo essencial para desenhar um modelo adequado ao contexto regional.

Em loja, as bananas eram comumente expostas amontoadas, sem posição estratégica dentro do espaço de circulação, e nos mercados públicos, registros há delas lançadas ao chão, mescladas entre muito maduras, e em amadurecimento, amadurecimento esse que era por vezes feito com carbureto, uma técnica prejudicial à saúde do consumidor final.

Fábio optou por realocar os frutos, tornar mais rigorosa a seleção dos que iriam ser expostos, e acompanhar de perto a chegada ao consumidor final dos produtos que levavam a marca do Sítio Barreiras. O resultado foi imediato, com a ascensão das vendas de bananas nas lojas piloto, e a consequente expansão da carteira de clientes na capital cearense.

Para almejar e conquistar um padrão de qualidade não é necessário ser grande, e Fábio soube provar isso na prática. Desde as primeiras mudas plantadas em Missão Nova, com perspectivas de produção

acanhadas e rede de distribuição a ser conquistada, ele implementou práticas que era praticamente inexistentes na região, tanto no aspecto agrônomo, quanto no aspecto de relações de trabalho.

No aspecto agrônomo, implantou um sistema de irrigação eficiente, com espaçamento adequado para a bananicultura, dentre outras ações, que faço destaque à compostagem.



Fábio Régis e Robert Hinz em loja, acompanhando de perto a dinâmica de exposição. 2001.



Preparação da calda.

Agosto de 2001.

Felizmente, os fundamentos de Agroecologia estão em evidência no contexto contemporâneo, mas em 1996, em uma região marcada por uma matriz agrícola arcaica, permeada por práticas indígenas readaptadas pelo sertanejo, como é o caso da coivara e da abertura de áreas em detrimento a conservação das já existentes, os esforços de Fábio soavam como perda de tempo. Enquanto isso, iniciativas como a compostagem

geravam matéria orgânica rica em nutrientes e uma calda de excelente ação sobre os bananais, além das técnicas de cobertura de solo, que ajudavam a conservar a umidade e fortalecer as ferramentas biológicas da terra, tendo como resultado da equação plantas robustas e saudáveis, gerando frutos de qualidade superior, e mostrando que não havia desperdício de tempo de qualquer natureza, e sim aplicação plena de conhecimento agrônômico.

No aspecto das relações trabalhistas, havia uma verdadeira ruptura diante da práxis no setor agrícola local, principalmente o de baixa escala, o qual o Sítio Barreiras ainda estava enquadrado no contexto da época. A guisa de exemplo, exponho as modalidades mais comuns, principalmente no Cariri, a citar: o sistema de *meia*, composto pelo arrendamento da terra em troca da reversão de 50% da produção da área em favor do proprietário, que quando somado ao baixo nível tecnológico da lavoura, incapacidade de distribuição própria, e necessidade de contrair empréstimos com o dono da terra afim de subsistir no período de entressafra, culminavam em um saldo financeiro irrisório ao lavrador, que ficava refém de um ciclo vicioso.

Outra modalidade comumente adotada era o pagamento por diária, algo comum e previsto na legislação trabalhista em determinados tipos de contrato, mas que na realidade do campo em nossa região compreendia valores ínfimos. Juntos compreendiam a dupla responsável pela estagnação social da população rural, contribuindo demasiadamente para o êxodo rural.

Desde os projetos do Maranhão, a família Régis de Albuquerque aboliu a presença dos “Boia Fria”, fornecendo alimentação de qualidade aos trabalhadores, e investindo em remuneração alinhada aos parâmetros trabalhistas, itens que podem parecer ordinários no contexto atual, mas que há 30 anos compreendiam sensível elevação no padrão das relações de trabalho no campo em nossa região. O investimento contínuo na qualidade do ambiente de trabalho se tornou uma marca do Sítio

Barreiras, e talvez os maiores depoentes disso sejam a presença de funcionários com mais de duas décadas na empresa e a redução do êxodo rural em Missão Nova e adjacências.

Atualmente, verifica-se em Missão Nova o domínio da bananicultura, em um cenário marcado pela estabilidade da área cultivada do Sítio Barreiras, o que demonstra que a difusão da cultura da banana pela região ocorreu de forma orgânica, com a adesão de vizinhos, ex-funcionários que decidiram empreender e outros produtores locais, mas sempre sob a inegável influência do sucesso do projeto de Fábio Régis.

A bem da verdade, o Sítio Barreiras atuou e atua como vetor de desenvolvimento da fruticultura nas regiões onde se instala. Ainda no início dos anos 2000, quando ainda era uma empresa informal em crescimento, realizou em Barbalha simpósios de bananicultura que reuniram produtores, pretensos produtores e pesquisadores de grande conceito, permitindo acesso a conhecimento técnico capaz de alavancar produções, numa época em que a internet ainda era um item restrito e muitos dos presentes não conseguiriam arcar com os custos de contratar assessoria técnica externa. Uma mostra de que a concorrência nunca foi vista com temor, estando a crença no trabalho bem-feito e na capacidade de estabelecer parcerias comerciais acima dos receios comerciais.

Os relatórios de produção preservados pelo Sítio Barreiras permitem acompanhar, com razoável precisão, a evolução da propriedade ao longo de seus primeiros anos de consolidação. Trata-se de uma documentação valiosa, sobretudo porque registra em números aquilo que já se percebe ao longo desta narrativa: o crescimento contínuo da produção e a expansão dos mercados consumidores alcançados pela fazenda.

Entre 1998 e 1999, a produção acumulada atingiu 2.424 toneladas de frutas. A banana prata já ocupava posição de destaque, respondendo sozinha por 1.987 toneladas. No mesmo período, foram produzidas 183 toneladas de mamão formosa, 111 toneladas de mamão havaí, 84 toneladas de banana maçã e 59 toneladas de banana pacovã.

O crescimento da principal cultura da propriedade pode ser observado com maior clareza quando os números são analisados ano a ano. Em 1998, a produção de banana prata alcançou 508 toneladas. Apenas doze meses depois, em 1999, esse volume saltou para 1.479 toneladas. O aumento superior a 190% em uma única safra demonstra que os investimentos realizados nos anos iniciais começavam a produzir resultados concretos.

A expansão não se restringia ao aumento da área cultivada. Os relatórios evidenciam que a propriedade já havia alcançado um grau de organização capaz de sustentar volumes crescentes de produção sem comprometer a qualidade do produto final. Afinal, produzir mais era apenas parte do desafio. Era necessário colher, selecionar, climatizar, transportar e comercializar milhares de toneladas de frutas em um mercado que, poucos anos antes, sequer reconhecia a banana prata como um produto diferenciado.

Os documentos de janeiro de 2001 oferecem uma interessante fotografia desse momento de transição. Neles aparecem como compradores da produção empresas como o Pão de Açúcar, o São Luiz, o Center Box e o Mercado Pirajá. A presença dessas redes possui significado especial. Não se tratava apenas de clientes, mas de empresas que operavam segundo critérios mais rigorosos de abastecimento, exigindo regularidade nas entregas.

A própria presença do São Luiz entre os compradores merece destaque. Alguns anos antes, a rede havia cedido uma loja experimental para que Fábio Régis demonstrasse a viabilidade comercial da banana prata climatizada. Os relatórios mostram que aquela experiência inicial havia evoluído para uma relação comercial efetiva, tornando-se um dos indicadores mais claros do sucesso alcançado pela estratégia adotada pelo Barreiras.

Os números referentes a 2004 permitem observar a dimensão atingida pela propriedade ao final desse ciclo de expansão. Naquele ano, a

banana prata ocupava 153,1 hectares cultivados, alcançando uma produção de 6.096 toneladas. A produtividade registrada era de 39,82 toneladas por hectare, índice que evidencia o elevado aproveitamento da área plantada.

Outras culturas também apresentavam números expressivos. A banana nanica registrava produção de 1.283 toneladas, enquanto a banana pacovã alcançava 341 toneladas. O mamão formosa, por sua vez, somava 136 toneladas. Consideradas em conjunto, essas culturas ultrapassavam 7.800 toneladas produzidas em um único ano.

Os relatórios revelam ainda outro aspecto relevante. Embora a banana prata permanecesse como carro-chefe da propriedade, o Barreiras jamais se limitou a uma única cultura. A presença simultânea de variedades de banana e de mamão demonstra uma estratégia de diversificação que contribuía para reduzir riscos e ampliar as possibilidades comerciais da fazenda.

Quando observados em sequência, os números impressionam pela velocidade do crescimento. Entre as 508 toneladas de banana prata registradas em 1998 e as 6.096 toneladas produzidas em 2004 existe um intervalo de apenas seis anos. Nesse curto período, a produção multiplicou-se por doze, transformando uma experiência agrícola ainda em consolidação em um dos mais expressivos empreendimentos frutícolas da região.

Mais importante, contudo, é perceber que os números não surgem isoladamente. Eles aparecem como consequência direta das mudanças descritas anteriormente: a introdução da climatização com etileno, a preocupação com a apresentação do produto no ponto de venda, a adoção de técnicas agrônômicas modernas, os investimentos em irrigação, a melhoria das condições de trabalho e a construção de uma rede própria de comercialização. Os relatórios apenas confirmam, em linguagem estatística, aquilo que o percurso histórico da propriedade já havia demonstrado.



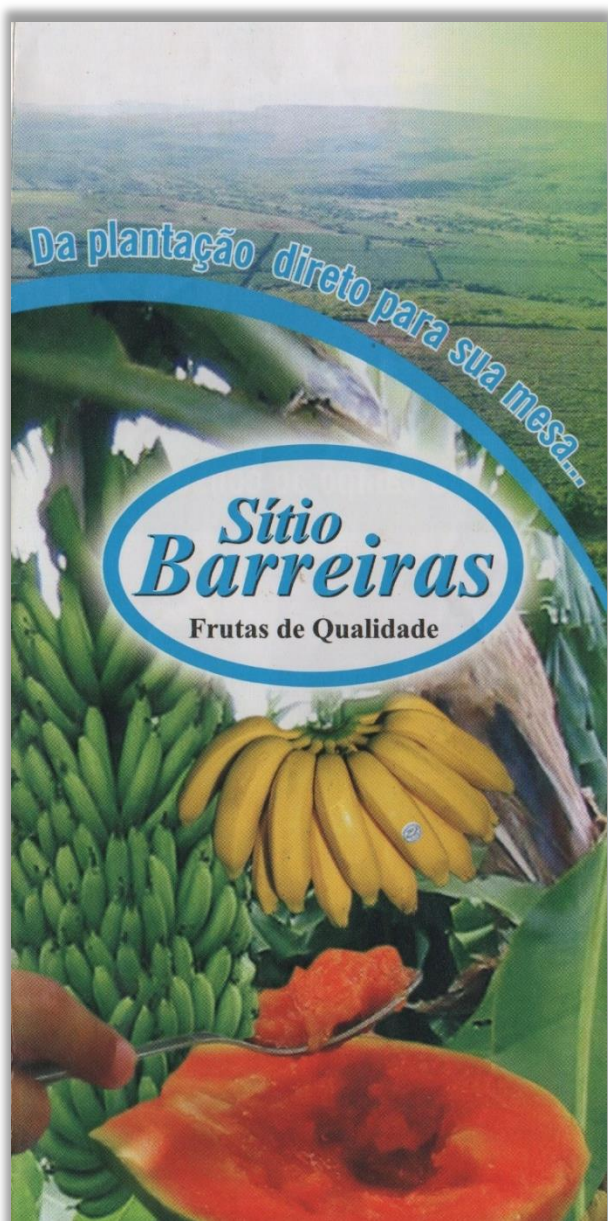
O primeiro caminhão do Sítio Barreiras, adquirido em 1998. Destaque para o baú ainda sem refrigeração, fator que obrigava a manutenção do sistema de viagens noturnas. Abaixo o temperamental GMC, primeiro caminhão com baú refrigerado.





Frota já ampliada e climatizada em 2001, com destaque para o Scania Millenium, fabricado em 2000 pela montadora sueca, com somente mil unidades produzidas, e que ainda integra a frota do Sítio Barreiras, somando mais de dois milhões de quilômetros rodados.





Desde seus primeiros anos de funcionamento, o Sítio Barreiras sempre investiu em publicidade de qualidade. Isso era prova da visão de que não era necessário ser uma empresa de grande porte e reconhecimento pleno para a boa execução de todas as etapas do trabalho.



A pulverização aérea foi outro marco do Sítio Barreiras. O primeiro avião a serviço chegou em 2001, mas, antes disso, foram feitos experimentos com ultraleve, reduzindo, assim, a exposição dos funcionários aos defensivos agrícolas.





Fábio Régis e sua criação em registros de 2001/2002.

Digno de nota o contraste entre a área do Sítio Barreiras e sua vizinhança.



04 | VOANDO ALTO

2004 foi um ano decisivo para o Sítio Barreiras. A produção alcançando patamares cada vez maiores, parcerias se fortalecendo, e finalmente a consolidação do negócio enquanto empresa, burocraticamente falando, ainda assim, sem perder as características de negócio familiar, uma vez que o corpo societário foi composto por Sebastião Régis, D. Vitória Travassos, e os filhos do casal: Kátia, Sebastião Neto e Fábio.



FAMÍLIA REUNIDA NO CASARÃO DO SÍTIO BARREIRAS EM 1998.

Em pé: D. Vitória Travassos, Sebastião Neto, Malebranche Cunha, Fábio Régis e Sebastião Régis Jr.

Sentados: Ana Patrícia, esposa de Sebastião Neto, segurando a filha Júlia; Kátia Régis segurando a filha Rafaela, e Cristiane Martinazzo, esposa de Fábio Régis, segurando o filho Felipe Régis.

Sentados no chão: Lucas, filho de Sebastião Neto; Larissa, filha de Kátia Régis, e Fabrício Albuquerque, filho de Fábio Régis.

Foi também durante esse período que Sebastião Régis passou a atuar em um novo projeto de bananicultura, este localizado em Barbalha. Ali empregou seu modelo negócio, deixando o projeto de Missão Velha integralmente sob o modelo de gestão de Fábio Régis.

Em paralelo ao surgimento e à estruturação do Sítio Barreiras, ocorria na Bahia a construção do Distrito de Irrigação de Ponto Novo, na cidade homônima. Distante de Missão Velha pouco mais de 500 quilômetros, Ponto Novo está localizado no semiárido baiano, na bacia do rio Itapicuru, região de chuvas escassas e irregulares, onde a agricultura de sequeiro sempre esteve submetida à sorte do inverno. Emancipado em 1989, o município passou por grande reestruturação com o início das obras da barragem de Ponto Novo, em 1997, promovidas pelo Governo da Bahia, dentro daquela lógica, já longamente experimentada no Nordeste desde os tempos da Inspetoria de Obras Contra as Secas, segundo a qual o açude ou a barragem funcionariam como o eixo em torno do qual se organizaria toda uma economia regional.

Com capacidade de 40 milhões de metros cúbicos, o reservatório contava ainda com o suporte das barragens de Pedras Altas e Pindobaçu, o que lhe conferia uma regularidade de oferta hídrica pouco comum no semiárido. A estrutura possibilitou o estabelecimento de um perímetro irrigado de 3.669 hectares, dos quais 2.570 são irrigáveis, sendo o restante destinado à reserva legal, à preservação permanente e ao uso comum. A água segura, disponível ao longo de todo o ano e não apenas nos meses de chuva, é precisamente o insumo que separa a bananicultura empresarial da lavoura de subsistência, e era exatamente isso que o distrito oferecia.

Inaugurado em 17 de julho de 2002, o projeto contava com conjuntos de lotes individuais e empresariais, que foram distribuídos a partir de concorrência pública. Em meados de 2004, Fábio Régis tomou ciência da oportunidade, e conseguiu amealhar uma área de 600 hectares. O CNPJ do novo empreendimento foi aberto em 2005, mesmo ano da

consolidação do CNPJ da matriz em Missão Velha, e a primeira colheita em 07 de março de 2007. A inauguração da fazenda em Ponto Novo foi um marco da primeira década do Sítio Barreiras, com direito a cerimônia e presença de autoridades locais, amigos e parceiros do Ceará e adjacências. O pequenino PT-WPP, um Maule M7 que serviu ao Sítio Barreiras em seus primeiros anos cortou os céus do Nordeste incessantemente naquela ocasião.

Embora o Cariri cearense esteja em posição equidistante das principais capitais do Nordeste, condição que sempre lhe garantiu vocação de entreposto, a localização da nova planta deixou o Sítio Barreiras às portas do Sudeste, com um raio de ação confortável na Bahia, um dos maiores estados da federação. De Ponto Novo, os grandes centros consumidores do Sul e do Sudeste deixavam de ser um destino remoto e passavam a ser uma rota viável, com ganho direto em custo de frete, em tempo de estrada e, sobretudo, em qualidade do produto entregue, variável decisiva quando se trata de fruta fresca.

A expansão do Sítio Barreiras para a Bahia não se deu, portanto, por mero expansionismo ou aventura. Havia muito tempo o Grupo Pão de Açúcar, um dos principais clientes do sítio, cobrava fornecimento para as unidades de outros estados, exigência que, no varejo de grande porte, funciona menos como pedido e mais como condição de permanência, pois o fornecedor que não acompanha a expansão da rede tende a ser gradualmente substituído por quem a acompanhe. A ampliação da área em Missão Velha era possível e viável, e chegou a ser considerada, mas a oportunidade disponível na Bahia, naquele momento, com terra irrigada, água garantida e posição logística privilegiada, apresentava um custo-benefício insuperável.



Da esquerda para a direita: Emma e Don Moisés Soto Balletero, Sebastião Régis, Fábio Régis e Cristiane Martinazzo. 2006, Ponto Novo/BA.



Da esquerda para a direita: Sebastião Régis, Don Moisés Soto Balletero e Cristiane Martinazzo. 2006. Ponto Novo/BA.



Primeira colheita de Ponto Novo/BA. Março de 2007.



O casal Fábio Régis e Cristiane Martinazzo, ao lado de Fabrício Carrareto, amigo desde a época do curso de agronomia em MG, durante as festividades da primeira colheita de Ponto Novo/BA. Março de 2007.



Primeira colheita de Ponto Novo/BA. Março de 2007. Desde o princípio o projeto já contava com infraestrutura robusta.



Para administrar as mudanças em ritmo acelerado que caracterizavam aquele momento da empresa, Fábio Régis e Cristiane Martinazzo buscaram a consultoria de Fábio Furtado, à época vinculado a Carlos Sebastião Andriani, hoje parceiro de longa data e de múltiplos projetos. O objetivo inicial era modesto na formulação e ambicioso no alcance, isto é, fazer um balanço daqueles dez primeiros anos de empresa e desenhar o futuro com pé no chão, evitando tanto o conservadorismo que teria travado o crescimento quanto o entusiasmo que teria comprometido a estrutura. O resultado foi além da conta.

Eles tiveram acesso não somente a um modelo aprimorado de gestão empresarial, com seus instrumentos de planejamento, indicadores e rotinas de acompanhamento, mas também, e sobretudo, a uma outra maneira de conceber o relacionamento com os colaboradores e com a comunidade do entorno. Passaram a ver o sítio não mais como uma empresa cujo capital principal residia nos frios números dos relatórios, mas nas pessoas que a compunham, aquelas que estavam no bananal antes do sol esquentar, as que operavam a irrigação, as que empacotavam a fruta, as que dirigiam os caminhões, e também as famílias que viviam nas imediações e cuja sorte estava, de um modo ou de outro, atada à sorte do empreendimento.

Foi um ponto de ruptura importante. Fábio sempre destaca o descontentamento que trazia consigo, decorrente do modelo de gestão tradicional que herdara não de sua família, mas do próprio ambiente empresarial da época, aquele em que o comando desce de cima, a informação circula em sentido único. Em sua visão, esse descontentamento não era exclusivamente seu, e sim compartilhado por todos que faziam parte da organização.

A mudança que se seguiu não foi imediata nem indolor, uma vez que modelos de gestão se alteram no papel com muito mais facilidade do que na convivência diária, e o que estava em jogo ali não era a substituição de um organograma, mas a revisão de hábitos consolidados ao

longo de uma década de trabalho. Ainda assim, foi a partir daquele balanço que o Sítio Barreiras passou a entender que crescer não significava apenas plantar mais hectares, colher mais caixas e alcançar mais estados, e sim construir uma organização capaz de sustentar esse crescimento sem se desfazer por dentro.



Da esquerda para a direita: Robert Hinz, Fábio Furtado, Fábio Régis e Carlos Sebastião Andriani, quando do início dos trabalhos de assessoria.

Extramuros, a atuação do Sítio Barreiras na comunidade ganhou dimensão inteiramente nova, e foi conduzida, desde o primeiro passo até hoje, por Cristiane Martinazzo. O começo foi modesto, quase discreto, com o auxílio na reforma da escolinha infantil das Barreiras, comunidade nas imediações de Missão Nova, que à época funcionava em um barracão agrícola adaptado, solução comum no interior, e reveladora, por si só, do lugar que a primeira infância costuma ocupar na ordem de prioridades. Daquela intervenção pontual, feita mais por urgência do que por projeto, nasceu uma linha de trabalho que se desdobraria ao

longo dos anos e que hoje se concentra naquilo que a empresa considera seu patrimônio mais valioso, a Creche do Sítio.

A creche atende crianças de zero a seis anos, filhas dos funcionários do sítio, mas já chegou a atender a comunidade geral, e o recorte etário não é acidental. Corresponde exatamente ao período em que se forma o caráter, aquela faixa da vida em que a criança ainda não distingue o que lhe ensinam do que lhe acontece, e em que os valores se fixam menos pelo discurso do adulto do que pela observação silenciosa de sua conduta. Depois dos seis anos, a educação pode acrescentar muito, corrigir bastante e refinar quase tudo, mas o solo já está lançado. É essa convicção, e não uma preocupação genérica com assistência à infância, que organiza toda a proposta.

Há também, nessa escolha, uma consequência prática que não deve ser subestimada. Ao acolher os filhos de quem compõe a empresa, a creche desfaz um dos nós mais persistentes da vida do trabalhador rural, que é a incompatibilidade entre o horário do campo e o horário da escola, e que historicamente recai sobre as mulheres, obrigadas a escolher entre o emprego e o cuidado. O que se apresenta como benefício social é, ao mesmo tempo, uma decisão de gestão coerente com o modelo que a empresa havia acabado de adotar, pois não há como afirmar que o ser humano é o ponto de partida da organização e, simultaneamente, ignorar o que se passa com as famílias dos que a sustentam.

A concepção pedagógica que orienta o trabalho veio pelo mesmo caminho que trouxe o novo modelo de gestão. O contato com o professor Andriani abriu portas para os projetos desenvolvidos pela Fundação Douglas Andriani, e foi ali que Fábio e Cristiane conheceram a proposta de formação do caráter com base nos valores humanos, cujos fundamentos remontam à filosofia educacional de Sathya Sai Baba, líder espiritual indiano cuja pedagogia, difundida em escolas de dezenas de países, chegou ao Brasil e foi adaptada ao ambiente empresarial e comunitário pela fundação sediada em Campinas.

Segundo essa proposta, é preciso distinguir aquilo que tradicionalmente se chama educação daquilo que ali se denomina Educare, termo tomado do latim no sentido de extrair. Um educador que apenas lê livros e repassa conteúdos, sustenta o modelo, não cumpre os objetivos da verdadeira educação, pois os valores não seriam inculcados de fora para dentro, e sim trazidos de dentro para fora, uma vez que já estariam presentes em cada criança, à espera de quem os desperte. A formulação assenta sobre cinco valores considerados fundamentais, a saber, a Verdade, a Ação Correta, a Paz, o Amor e a Não Violência, dos quais o Amor é tomado como centro, de modo que o Amor na palavra seria a Verdade, o Amor na ação seria a Ação Correta, o Amor no pensamento seria a Paz, e o Amor na compreensão seria a Não Violência.

Trata-se, importa dizer, de uma pedagogia transversal, e não de uma disciplina acrescentada à grade. Os valores não são objeto de uma aula semanal, mas atravessam o processo de ensino e o de aprendizagem, o currículo e o próprio ambiente da instituição, de maneira que a maneira como se recebe a criança pela manhã, como se organiza a refeição e como se resolve um desentendimento entre duas crianças importa tanto quanto qualquer conteúdo formal. É uma proposta exigente, precisamente porque não se cumpre por acréscimo de carga horária, e sim por transformação de conduta, primeiro dos educadores, depois das crianças.

Foi essa a semente plantada na Creche do Sítio, e é dela que Fábio e Cristiane falam quando dizem, sem retórica, que ali está o patrimônio mais valioso da empresa. Bananeiras se replantam, galpões se reconstroem, mercados se reconquistam. Caráter, uma vez formado, exige um investimento intangível e individual. Importante salientar que a iniciativa não se deteve somente em Missão Velha. Ponto Novo, na Bahia, enquanto sediou operações do Sítio Barreiras recebeu atenção especial, e como desdobramento contínuo, foi fundada a Associação para a Formação do Caráter do Cariri, expandindo a divulgação da proposta à entes públicos e privados.



A Creche do Sítio em setembro de 2026.



Alunos em momento de meditação, parte importante do processo de acolhimento e condução dos trabalhos na Creche do Sítio



Aspecto da escolinha da comunidade Barreiras antes das primeiras intervenções do Sítio Barreiras



05 | TURBULÊNCIA

A fazenda de Ponto Novo, na Bahia, foi um marco no desenvolvimento do Sítio Barreiras, mas o futuro não nos pertence e, para além da alavancagem na produção e no faturamento, a experiência na Bahia também trouxe um capítulo cujo amargor ainda se faz sentir no palato.

A história do encerramento das operações em Ponto Novo começa antes da chegada do Sítio Barreiras. O perímetro irrigado já estava implantado quando a empresa se estabeleceu no município, em 2005, atraída, conforme depoimento prestado alguns anos depois, pela disponibilidade de áreas, pela infraestrutura hídrica, pelas estradas e pelas condições próprias de um projeto público de irrigação. Os levantamentos acadêmicos referentes àquele mesmo ano indicavam que o Sítio Barreiras controlava cerca de 300 hectares dos lotes empresariais então licitados, enquanto outro empreendimento concentrava aproximadamente 1.100 hectares. A informação é importante porque ajuda a recolocar em perspectiva a posição da empresa dentro do perímetro: embora viesse a se tornar uma das operações mais visíveis de Ponto Novo, não era, naquele momento, a maior detentora de área.²

Os conflitos fundiários que acompanhariam parte da história do projeto também não nasceram com a empresa. Pesquisa publicada sobre o município registra que, em 2008, o Movimento dos Pequenos Agricultores organizou o Acampamento Terra Nossa ao lado da área ocupada pelo Sítio Barreiras, em meio a reivindicações relacionadas à distribuição e ao uso das terras do perímetro. Dois anos depois, em 8 de março de 2010, houve uma ocupação temporária da sede da empresa, realizada no contexto de uma mobilização que buscava audiência com o poder público estadual para tratar das demandas do acampamento. O próprio registro produzido à época pelo movimento informa que a ocupação foi encerrada depois de confirmada uma audiência pública.³⁴

Apesar desse ambiente de tensão, aqueles também foram anos de expansão. Em setembro de 2010, o Governo da Bahia informava, naquele momento, uma área total de 1.013 hectares vinculada ao projeto da empresa, dos quais 540 hectares eram produtivos. No ano seguinte, a Secretaria da Agricultura registrava 146 famílias cultivando 730 hectares irrigados no distrito e apontava o Sítio Barreiras como uma das maiores produtoras de banana do estado, com mais de 500 trabalhadores da região e planos de instalação de uma unidade de beneficiamento.⁵⁶

A presença da empresa em Ponto Novo, portanto, não se resumia à área plantada. A documentação produzida ainda durante o período de crescimento mostra uma atuação voltada também à formação de trabalhadores e à difusão de conhecimento. Em entrevista realizada em 2012 para uma dissertação da Universidade Federal da Bahia, um representante da estrutura estadual responsável pelo projeto afirmou que o Sítio Barreiras oferecia constantemente cursos aos seus funcionários e ao público externo, voltados às novas tecnologias utilizadas na produção. Em outra entrevista da mesma pesquisa, prestada por Fábio Régis, foi relatada a realização de visitas de campo com reassentados que trabalhavam com banana e a vinda, em três ocasiões, de profissionais de Santa Catarina e de São Paulo para ministrar cursos sobre a atividade, destinados ao público externo.⁷

Há outros registros que ajudam a medir essa aproximação com a educação e a formação profissional. Em 2010, o PET Agronomia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia incluiu uma visita técnica ao Sítio Barreiras, em Ponto Novo, entre as atividades previstas em seu boletim acadêmico. Em 2016, a Ponto Novo Fruticultura Ltda., razão social da operação do Sítio Barreiras, aparecia na relação de convênios da Universidade Federal do Vale do São Francisco, sob o número 125/2016, para fins de estágio. Esses documentos, por si sós, não permitem quantificar o número de estudantes efetivamente recebidos pela

fazenda, mas demonstram que a unidade já integrava circuitos de formação universitária e profissional.⁸

A relação com a educação municipal também aparece de maneira mais direta em 2016. Naquele ano, a Secretaria Municipal de Educação desenvolveu, em parceria com o Sítio Barreiras, o Projeto EDUC 2016, voltado a ações de mobilização ambiental e pedagógica e à disseminação, nas escolas, de conceitos e práticas ligadas à educação e à sustentabilidade. Em novembro, foi realizada a cerimônia de encerramento do Projeto Educação e Sustentabilidade, com premiação de alunos e escolas que se destacaram nas atividades. Era o fim de um ano em que a empresa ainda participava de uma iniciativa pública de caráter educacional, poucos meses antes de começar o processo que levaria à desativação da unidade.⁹

Enquanto essa presença se consolidava, a questão da água começava a assumir outro peso. A seca de 2012 atingiu duramente a região e levou o Governo do Estado a reduzir o fornecimento destinado à irrigação. Em reunião realizada no fim daquele ano, foi anunciado que a oferta seria reduzida de doze para quatro horas por dia a partir de janeiro de 2013, medida apresentada como necessária para preservar o abastecimento humano e, ao mesmo tempo, tentar manter vivas as culturas do perímetro. Na mesma ocasião, o Estado já anunciava a intenção de instalar na Barragem de Ponto Novo o sistema Fusegate, com a perspectiva de aumentar em cerca de 24% a capacidade de armazenamento.¹⁰

A própria documentação estadual também mostra que Ponto Novo não era tratado como um reservatório inteiramente isolado. Em janeiro de 2013, a Barragem de Pindobaçu era descrita oficialmente como a primeira do Rio Itapicuru e como uma estrutura que dava suporte à Barragem de Ponto Novo. No mês seguinte, estando Pindobaçu com 100% da capacidade, produtores e representantes locais solicitaram a liberação de água daquele reservatório para reforçar o sistema de Ponto Novo. O pedido seria submetido à análise dos órgãos responsáveis pela gestão hídrica.¹¹

Foi nesse mesmo contexto que avançou a interligação de Ponto Novo com o abastecimento regional. Em abril de 2013, a EMBASA iniciou os testes da adutora destinada a levar água da Barragem de Ponto Novo para Senhor do Bonfim e Jaguarari. Foram aproveitados 46,7 quilômetros de tubulação já implantada e executados mais 4,3 quilômetros, totalizando 51 quilômetros, além de quatro estações de bombeamento. A vazão prevista era de aproximadamente 140 litros por segundo de água bruta, conduzida até a estação de tratamento de Senhor do Bonfim. A etapa emergencial foi divulgada com investimento de seis milhões de reais e integrava um sistema maior, de 58,1 milhões, destinado a ampliar o abastecimento de vários municípios da região.¹²

A Barragem de Ponto Novo passava, assim, a desempenhar uma função regional mais ampla, sem deixar de ser fundamental para o perímetro irrigado. Não há dúvida quanto à prioridade do consumo humano em situação de escassez, prevista na legislação e reconhecida pelos próprios produtores. O problema que se colocava era o equilíbrio entre uma quantidade crescente de usos e uma capacidade de armazenamento que ainda não havia recebido a ampliação anunciada. A crise de 2013 já mostrou a fragilidade dessa equação: naquele ano, a própria Secretaria da Agricultura registrou queda na produção de banana, redução da irrigação e demissões no Sítio Barreiras em consequência das restrições hídricas.¹³

Nos anos seguintes a operação conseguiu prosseguir, mas a segurança hídrica continuou sendo uma questão aberta. Em janeiro de 2017, Fábio Régis informou, em entrevista à imprensa regional, que a água do projeto vinha sendo racionada desde setembro de 2016 e que a irrigação havia sido reduzida a apenas dois dias por semana. Naquele momento, já anunciava que a empresa não teria condições de manter o mesmo quadro de funcionários.¹⁴

Os números oficiais do INEMA mostram a gravidade da situação sem, contudo, reduzir o problema à inexistência absoluta de água em toda a bacia. No informativo referente ao período de 7 a 13 de fevereiro

de 2017, Ponto Novo aparecia com 10,72 milhões de metros cúbicos e 17,65% de volume útil, enquanto Pindobaçu, reservatório anteriormente descrito pelo próprio Estado como suporte de Ponto Novo, registrava 6,76 milhões de metros cúbicos e 39,98% de volume útil. O mesmo boletim classificava Pindobaçu para abastecimento e irrigação. Esses dados não autorizam, por si sós, a concluir que toda a água disponível em Pindobaçu pudesse ser transferida para salvar as lavouras de Ponto Novo, pois havia outros usos, regras operacionais e demandas a considerar. Eles demonstram, porém, que a situação envolvia a administração de diferentes reservas e prioridades dentro do mesmo sistema hídrico.¹⁵

Em fevereiro de 2017 a distribuição de água para irrigação foi suspensa. O Relatório de Revisão de Meio Termo do Projeto Pró-Semiárido, elaborado no âmbito da parceria entre o Governo da Bahia e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, registrou posteriormente que a interrupção durou dezoito meses e provocou perdas quase totais na produção das 145 parcelas e da empresa instalada no perímetro, com retomada das operações de irrigação apenas no segundo semestre de 2018. O mesmo documento informa que, naquele período, o Sítio Barreiras dispensou cerca de 680 funcionários e desativou a unidade de produção.¹⁶

O impacto não se encerrou nesses 680 postos. O relatório do Pró-Semiárido estimou a extinção de mais de mil outros empregos diretos, além dos trabalhadores do Sítio Barreiras, e de aproximadamente 1.500 a 2.000 empregos indiretos. Trata-se de uma estimativa produzida no próprio relatório, e não de uma contagem independente feita aqui, mas ela ajuda a compreender por que o encerramento da unidade repercutiu muito além das plantações. O município perdeu, de uma só vez, uma grande massa de salários, compras, serviços e relações econômicas que haviam se formado ao redor da agricultura irrigada.¹⁷

Houve ainda perdas de natureza menos imediata, mas igualmente importantes para a vida local. A saída retirou de Ponto Novo uma

empresa que vinha promovendo capacitações para trabalhadores e produtores, recebendo ou se relacionando com atividades universitárias e participando, poucos meses antes, de um projeto educacional desenvolvido com a rede municipal. Não é possível afirmar, sem documentação específica, que todos esses programas continuariam indefinidamente caso a empresa permanecesse, mas é possível afirmar que esse conjunto de relações existia e que deixou de contar com a presença da unidade empresarial após a desativação.¹⁸

A crise teria ainda um desdobramento fundiário. Em 16 de outubro de 2017, a sede do Sítio Barreiras foi ocupada por famílias ligadas ao MST e MPA. Na ocasião, Fábio Régis estava na unidade e recorda com detalhes o tratamento dispensado a ele e aos funcionários remanescentes, incompatíveis com qualquer senso de urbanidade. A unidade que fora impedida de funcionar diante da indisponibilidade de água no perímetro irrigado e que, antes de colapsar economicamente, usou sua disponibilidade financeira para encerrar os contratos trabalhistas da forma correta, ainda dispunha da infraestrutura instalada e da expectativa de que o uso das barragens de suporte, bem como a reestruturação das adutoras, permitisse o retorno não somente dos empregos, mas também da fase positiva propiciada ao município pela presença do Sítio Barreiras, assistiu ao lançamento da pá de cal definitiva naquele 16 de outubro de 2017.

Quando a irrigação voltou a funcionar, a estrutura hídrica já começava a ser outra. O sistema Fusegate, discutido desde o fim de 2012 e implantado em 2018, elevou em aproximadamente 1,20 metro o vertedouro e acrescentou cerca de 9,34 milhões de metros cúbicos à capacidade de armazenamento, um aumento de aproximadamente 24%. Fontes oficiais posteriores relacionaram essa ampliação à reativação do perímetro e ao retorno de cerca de 145 famílias à produção. A solução que havia sido anunciada ainda no início da crise, portanto, somente se tornou operacional depois do encerramento das atividades do Sítio Barreiras em Ponto Novo.¹⁹

A discussão sobre a disponibilidade de água, entretanto, não terminou com a volta da irrigação. Em 2019, quando avançava a adutora Ponto Novo-Pedras Altas, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Itapicuru deliberou pela suspensão das obras enquanto não houvesse discussão e aprovação de planejamento hídrico que subsidiasse a intervenção. Meses depois, o próprio Comitê instaurou formalmente um processo de resolução de conflitos relacionado à adutora e registrou que a resposta recebida dos órgãos estaduais citava o licenciamento da obra, mas, segundo o Comitê, não apresentava nem mencionava os documentos técnicos sobre o balanço entre disponibilidade e demanda hídrica capazes de demonstrar o atendimento da nova demanda sem gerar novos conflitos. É um documento importante porque mostra que a discussão sobre a capacidade da Barragem de Ponto Novo de responder a usos sucessivamente ampliados permaneceu aberta mesmo depois da saída da empresa.²⁰

A experiência de Ponto Novo ficou marcada, assim, por uma contradição difícil de apagar da história do Sítio Barreiras. Foi ali que a empresa viveu um dos seus momentos de maior expansão, ampliou produção, contratou centenas de trabalhadores, participou da formação de mão de obra, difundiu conhecimento técnico e estabeleceu relações que alcançaram a própria rede de ensino do município. Ao mesmo tempo, foi ali que a dependência de uma infraestrutura pública de irrigação mostrou toda a sua fragilidade quando a água passou a ser disputada entre usos distintos e a capacidade do reservatório se revelou insuficiente para atravessar, sem rupturas, uma seca prolongada.

Não seria correto atribuir o encerramento da unidade a uma única decisão administrativa do Sítio Barreiras, assim como seria pouco sério negar a severidade da seca de 2016 e 2017. A documentação disponível mostra, porém, que o episódio não pode ser explicado apenas pela frase simples de que a água acabou. Houve redução progressiva da irrigação, ampliação do papel regional da barragem sem a devida observância dos impactos no perímetro irrigado original, a existência de reservatórios de

suporte que poderiam ter permitido a dupla função da barragem, projetos de aumento da capacidade que demoraram anos para se concretizar e, por fim, a suspensão completa do fornecimento ao perímetro durante dezoito meses. É dentro dessa sequência, e não a partir de uma explicação isolada, que se deve compreender o fim das operações do Sítio Barreiras em Ponto Novo.

Quando a empresa chegou à Bahia, encontrou um projeto de irrigação em funcionamento e uma infraestrutura criada justamente para tornar possível a agricultura naquele espaço. Investiu, plantou, empregou e cresceu dentro das condições então oferecidas. Quando saiu, a irrigação estava suspensa, as lavouras haviam sido comprometidas e centenas de trabalhadores tinham perdido seus empregos. A água voltaria, a capacidade da barragem seria ampliada e o perímetro seria reativado. Para o Sítio Barreiras, entretanto, aquele ciclo já havia, lamentavelmente, se encerrado.

Ainda assim, o estado da Bahia seguiu nos planos da empresa, que adquiriu áreas em Sátiro Dias, onde atualmente opera uma planta de mais de 300 hectares, e diversificou investimentos com a unidade do Vale do Juliana, localizada na região do Baixo Sul da Bahia, entre Igrapiúna e Ituberá, dentro da APA do Pratigi, adquirida em 2019.



Área do perímetro irrigado de Ponto Novo/BA em 2005. Os lotes focalizados seriam concedidos ao Sítio Barreiras ainda naquele mesmo ano. FONTE: Google Earth.



*Área do Sítio Barreiras em Ponto Novo/BA, 2011.
FONTE: Google Earth*



*Área do Sítio Barreiras em Ponto Novo/BA, 2025.
FONTE: Google Earth*

A PERDA DE SEBASTIÃO RÉGIS

Todo esse turbilhão vivido na Bahia ocorreu em paralelo a outros momentos da história do Sítio Barreiras que também merecem nota, tanto pela dimensão familiar quanto pelo impacto que exerceram sobre a trajetória do empreendimento. Entre eles está o falecimento de Sebastião Régis Júnior, patriarca do ramo fundador do Sítio Barreiras no Cariri, ocorrido em 06 de agosto de 2010, depois de um longo período em que já vinha reduzindo suas atividades em razão de condições adversas de saúde.

Desde os primeiros anos do empreendimento, a liderança do Sítio Barreiras esteve diretamente vinculada a Fábio Régis, engenheiro responsável pela condução técnica e administrativa do projeto. Sebastião permaneceu como sócio e participou de forma mais ativa das decisões no período inicial, interferindo nos rumos do negócio e acompanhando de perto sua consolidação. Com o passar dos anos, porém, essa presença foi diminuindo, até que, no começo dos anos 2000, a responsabilidade pela condução do Sítio Barreiras passou a ficar integralmente nas mãos de Fábio.

Sebastião, por sua vez, concentrou-se progressivamente no Sítio da Serra, outro empreendimento ao qual dedicou seus esforços e que também alcançou êxito. Seu afastamento do cotidiano do Sítio Barreiras, portanto, não representou uma ruptura ou uma transferência repentina de comando, mas o amadurecimento de uma estrutura de liderança que já existia desde a origem do projeto e que tinha em Fábio seu principal responsável.

Mesmo distante da administração cotidiana nos últimos anos de vida, Sebastião permaneceu como uma referência para o filho. Seu exemplo de trabalho, experiência e liderança continuou presente na

condução do empreendimento. A morte do pai, em 2010, representou uma perda de grande dimensão pessoal e familiar, mas encontrou o Sítio Barreiras sob uma direção já consolidada havia anos. Fábio soube absorver os impactos dessa perda e, posteriormente, enfrentar também os reveses vividos na Bahia, mantendo-se à frente do projeto familiar e preservando sua continuidade diante das dificuldades que se apresentaram.



Fábio Régis e Sebastião Régis Júnior. 2005.



Sebastião Régis com os netos, Felipe, Fabrício e Lucas. 2002.

06 | POUSO SEGURO

Encerradas as atividades em Ponto Novo, não houve muito tempo para lamentações. O mercado continuava existindo, os clientes precisavam ser atendidos e, malgrado o tamanho do prejuízo sofrido na Bahia, o Sítio Barreiras mantinha suas demais operações em funcionamento. Também já estava em curso, antes mesmo do agravamento da crise baiana, uma reorganização das participações da família na empresa, através da qual Fábio Régis vinha adquirindo as demais partes do empreendimento que, embora constituído sob participação familiar, estivera desde o princípio sob sua liderança técnica e, desde o começo dos anos 2000, integralmente sob sua responsabilidade. O momento, portanto, exigia ao mesmo tempo recuperar capacidade produtiva e concluir mudanças que haviam sido iniciadas quando ninguém ainda imaginava o que aconteceria na Bahia.

Cajuapara entrou diretamente nessa acomodação. Implantada a partir de 2014, no município de Itinga do Maranhão, a unidade havia surgido numa fase de franca expansão do Sítio Barreiras, abrindo uma nova frente de produção numa região de solo e clima bastante favoráveis, o que permitia alcançar volumes de distribuição ainda maiores. O projeto cresceu rapidamente e, em maio de 2017, quando as dificuldades de Ponto Novo já exigiam providências severas, a imprensa maranhense registrava uma produção diária situada entre 30 e 40 toneladas de banana, destinada às regiões Norte, Nordeste e Sudeste, havendo ainda planos para aumento da produção. Eram duas realidades distintas vividas quase simultaneamente: enquanto uma importante operação era desmontada na Bahia, a fazenda maranhense continuava produzindo e ampliando sua estrutura.

Cajuapara, entretanto, não permaneceria definitivamente no Sítio Barreiras. Durante o processo de aquisição das demais participações da empresa por Fábio, foi necessário acomodar também os investimentos

existentes entre os irmãos, havendo a transferência completa do empreendimento maranhense para o Sítio da Serra, de Sebastião Régis de Albuquerque Neto. Não houve abandono da fazenda ou insucesso do projeto, como poderia sugerir sua ausência posterior entre as unidades do Sítio Barreiras, pois Cajuapara continuou crescendo e produzindo sob outro controle, sendo até os dias atuais um dos protagonistas na fruticultura do Maranhão.



Vista aérea de Cajuapara

Alguns anos antes dessa divisão, Fábio já havia conseguido solucionar um problema que teria grande importância na expansão posterior da empresa. Em 2014, insatisfeito com o funcionamento do sistema de refrigeração utilizado nas câmaras frias dos caminhões e carretas, trabalhou por conta própria em seu aperfeiçoamento, conseguindo melhorar o resfriamento e, consequentemente, ampliar a segurança no

transporte das frutas por longas distâncias. Para uma empresa cuja produção precisava alcançar mercados cada vez mais distantes, o resultado ia além da conservação da banana, pois diminuía também a necessidade de construção ou locação de centros de distribuição destinados apenas a servir como pontos intermediários durante as viagens.

Não desapareceram, naturalmente, os centros de distribuição, que continuariam necessários nas praças de maior movimento e, com o passar dos anos, assumiriam funções muito mais complexas dentro da estrutura comercial do Sítio Barreiras. O que a melhoria proporcionava era maior autonomia no transporte, permitindo selecionar melhor os lugares onde realmente compensava manter instalações fixas. A solução se encaixava ainda numa característica bastante presente na atuação de Fábio, que nunca restringiu sua atenção ao manejo da lavoura, interessando-se também pelas máquinas, sistemas de irrigação, caminhões e demais elementos que, embora externos ao bananal, interferiam diretamente no resultado do negócio. Uma banana bem-produzida poderia perder boa parte de seu valor em poucas horas se transportada nas condições erradas, razão pela qual produzir e transportar passaram, desde cedo, a ser problemas tratados conjuntamente.

Essa experiência seria bastante útil quando se tornou necessário recompor parte da produção baiana. A área escolhida ficava na Fazenda Caatinga Grande, em Sátiro Dias, às margens da rodovia entre Biritinga e Nova Soure, onde as condições eram diferentes daquelas encontradas anteriormente e exigiam uma implantação própria, inclusive no tocante à disponibilidade de água. Em 15 de agosto de 2018, o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia autorizou a Ponto Novo Fruticultura Ltda. a realizar captação subterrânea na propriedade, destinando inicialmente 848 metros cúbicos diários à irrigação por microaspersão de 13,2 hectares. Era ainda uma área pequena, sobretudo quando comparada às dimensões que a unidade alcançaria posteriormente, mas ali estava formalmente iniciado o novo projeto.



Unidade de Sátiro Dias - Bahia



O crescimento em Sátiro Dias ocorreu gradualmente e, em fevereiro de 2022, a imprensa já mencionava aproximadamente 400 hectares de banana do Sítio Barreiras na Bahia, ao lado dos cerca de 320 hectares de Missão Velha e dos 500 hectares então ainda contabilizados no Maranhão. A empresa voltava, portanto, a possuir uma área baiana de porte considerável, mas não faria daquela nova unidade a única resposta aos acontecimentos dos anos anteriores. Enquanto os bananais avançavam em Sátiro Dias, outro negócio, adquirido em 2019, levaria Fábio a uma cultura com a qual o Sítio Barreiras praticamente não possuía experiência: o cacau.

Em 2019, o Sítio Barreiras adquiriu a Fazenda Vale do Juliana, no Baixo Sul da Bahia, dando início a uma experiência bastante diversa daquela acumulada até então. Situada entre os municípios de Igrapiúna e Ituberá e inserida na Área de Proteção Ambiental do Pratigi, a propriedade já possuía tradição agrícola anterior à chegada da família Régis, num ambiente onde a Mata Atlântica e os sistemas de cultivo do cacau convivem há muitas décadas. Não caberia, portanto, transportar para aquela realidade todas as soluções aprendidas nos bananais de Missão Velha ou Sátiro Dias, pois cada cultura possui exigências próprias e, no caso do cacau, boa parte da qualidade comercial ainda se define depois da retirada do fruto da planta, durante os processos de fermentação, secagem e seleção das amêndoas. A aquisição, realizada naquele ano, levou o Sítio Barreiras a estudar uma cultura nova e a trabalhar com variedades destinadas ao mercado de cacau de qualidade superior, sem que a banana deixasse, naturalmente, de ocupar o lugar principal dentro da empresa.

Nesse quesito, volta a aparecer uma característica que já acompanhava a família havia algumas gerações. Sebastião Régis, ainda na Oito Porcos, não se contentara em repetir indefinidamente aquilo que aprendera sobre o café e aceitara a presença de técnicos, estudos e novas culturas quando as circunstâncias assim exigiram. Décadas depois, o ambiente era outro, as técnicas haviam avançado e o empreendimento

assumira proporções que o velho cafeicultor dificilmente imaginaria, mas continuava sendo necessário reconhecer aquilo que ainda não se sabia. A empresa que conhecia profundamente a banana precisava aprender sobre fermentação de cacau, comportamento de clones, secagem e formação de amêndoas destinadas a chocolates finos, num ramo onde erros cometidos depois da colheita poderiam comprometer meses de trabalho no campo. A própria apresentação posterior do Vale do Juliana registra manejo orientado por análises de solo e folhas, controle biológico e acompanhamento dos processos de fermentação e secagem, práticas já voltadas para um produto cujo valor dependia não somente da quantidade colhida, mas principalmente da qualidade alcançada.



Vista aérea da Fazenda Vale do Juliana

Os resultados começaram a aparecer em pouco tempo. Em 2021, o Vale do Juliana alcançou o segundo lugar na categoria varietal do III Concurso Nacional de Qualidade do Cacau Especial do Brasil, realizado em Ilhéus, com amêndoas do clone PH16. A premiação, promovida pelo Centro de Inovação do Cacau em parceria com instituições do setor, colocou a fazenda entre os destaques nacionais apenas dois anos

depois de sua aquisição pelo Sítio Barreiras. Não transformava, por certo, a empresa numa cacaeira em substituição à tradição construída com a banana, mas mostrava que a nova frente havia sido tratada com seriedade suficiente para competir, desde cedo, com produtores muito mais antigos na atividade. O cacau passaria, assim, a ocupar um espaço próprio dentro do conjunto, sem concorrer com a cultura que havia dado origem ao Sítio Barreiras e sem necessidade de fazê-lo.





Enquanto o Vale do Juliana amadurecia, a distribuição das frutas continuava exigindo atenção em praças cada vez mais distantes do Cariri. Recife já fazia parte desse circuito antes mesmo da abertura da filial atual e, na madrugada de 19 de agosto de 2021, um incêndio de grandes proporções atingiu o condomínio industrial onde o Sítio Barreiras utilizava uma estrutura de apoio, no bairro de Prazeres, em

Jaboatão dos Guararapes. O fogo começou por volta de uma hora da madrugada, alcançou um dos blocos do complexo e destruiu partes internas dos galpões e veículos estacionados, sem deixar vítimas entre os trabalhadores que se encontravam no local.

Para quem lida com fruta fresca, acontecimentos dessa natureza impõem dificuldades próprias. A mercadoria não aguarda perícias, discussões de seguradoras ou reparos estruturais; amadurece, perde peso, qualidade e valor, enquanto os compromissos comerciais continuam seguindo seu curso. A operação precisou ser reorganizada, mas o mercado pernambucano não foi abandonado. A própria história posterior demonstra isso, pois, em 5 de setembro de 2024, seria formalmente aberta uma filial do Sítio Barreiras dentro do município do Recife, na Iputinga, destinada ao comércio atacadista de frutas e hortaliças. A estrutura cadastrada naquele ano não deve ser confundida com a que foi atingida pelo incêndio de 2021, localizada em Jaboaão, mas sua abertura

confirma a continuidade e ampliação da presença da empresa na região metropolitana.

Passada a fase mais aguda da reorganização, o Sítio Barreiras voltou a anunciar expansão com maior frequência. Em 2022, Fábio manifestava a intenção de ampliar significativamente os bananais de Missão Velha, então estimados em cerca de 320 hectares, enquanto a unidade baiana já alcançava algumas centenas de hectares. O dado interessa menos como promessa de uma metragem futura e mais por demonstrar que a empresa, poucos anos depois de ter sido obrigada a reduzir uma importante frente de produção, voltava a direcionar recursos ao crescimento. Ao mesmo tempo, o perfil do negócio começava a deixar mais evidente uma transformação iniciada ainda nos anos anteriores: a estrutura comercial e logística montada para escoar a produção própria já possuía tamanho suficiente para trabalhar também com fruta produzida fora das terras da empresa.

Em 2023, o Sítio Barreiras informava comercializar mais de 1,5 milhão de quilos de frutas por mês no Nordeste, mantendo a banana prata e a nanica como principais produtos, mas distribuindo também mamão e captando outras frutas diretamente com produtores de diversas regiões. Os centros de distribuição do Cariri e de Fortaleza contavam com câmaras de climatização e equipes voltadas à entrega e acompanhamento dos produtos nos supermercados, num estágio em que a atividade comercial já ultrapassava claramente a simples venda do que era colhido em Missão Velha ou Sátiro Dias. A marca passava a circular em frutas oriundas de parceiros, desde que fossem atendidas as exigências estabelecidas pela empresa, e o conhecimento acumulado durante décadas na relação com o varejo começava a adquirir valor semelhante ao conhecimento empregado dentro da fazenda.

É possível que essa mudança passe despercebida quando observada apenas pelas áreas plantadas, pois a imagem mais imediata do Sítio Barreiras continua sendo a dos bananais. Todavia, uma empresa capaz de

produzir muito e incapaz de vender na mesma proporção cria para si um problema tão grave quanto aquela que vende bem e não dispõe de produto suficiente. Com o passar dos anos, Fábio precisou cuidar das duas pontas e, aos poucos, a segunda também foi ganhando autonomia. As câmaras frias dos caminhões aperfeiçoadas em 2014 haviam reduzido a necessidade de determinadas estruturas intermediárias; quase uma década depois, os centros de distribuição já tinham outra função, recebendo volumes crescentes, promovendo climatização, separação, organização de pedidos e distribuição para redes varejistas. O CD deixava de ser apenas um lugar onde a fruta permanecia durante a viagem e passava a funcionar como peça de uma rede comercial muito mais extensa.

Ainda em 2023, uma experiência em Juazeiro do Norte demonstrou que a disposição para testar novas culturas não havia ficado restrita ao cacau. Em junho daquele ano foi anunciado investimento de R\$ 1,6 milhão na implantação de tomates em ambiente protegido, numa área inferior a dois hectares, projeto apresentado por Fabrício Albuquerque, então diretor de operações da empresa. As proporções eram pequenas diante das centenas de hectares ocupados pela banana, mas a técnica empregada e o valor investido demonstravam interesse por uma produção intensiva, com elevado controle de ambiente e destinada ao mercado regional. Fabrício já aparecia, então, assumindo responsabilidades públicas dentro da empresa, fato que se tornaria mais importante pouco tempo depois, quando a organização da participação familiar passasse também por mudanças formais.

A presença dos filhos de Fábio no cotidiano do negócio não significou seu afastamento, e não parece correto apresentar esse momento como uma sucessão já consumada. O processo lembra, guardadas as devidas diferenças, aquilo que ocorrera décadas antes entre Sebastião Júnior e o próprio Fábio, quando responsabilidades foram sendo distribuídas ao longo dos anos, sem uma data solene em que um deixasse de existir na administração e o outro simplesmente tomasse seu lugar. A

diferença principal estava no tamanho alcançado pelo empreendimento. Fábio começara a trabalhar num projeto ainda em formação, no qual as decisões técnicas e administrativas podiam ser acompanhadas muito de perto por poucas pessoas; Fabrício, Felipe e Carolina encontravam uma empresa com unidades em mais de um estado, atividades agrícolas distintas, centros de distribuição, transportes, centenas de relações comerciais e uma organização patrimonial muito mais complexa.

O ano de 2024 marcou outra etapa dessa expansão. Em 27 de maio foi aberta uma filial em Quixeré, no Vale do Jaguaribe, destinada ao comércio atacadista de frutas, e, depois da abertura da unidade recifense em setembro, veio Maceió, em 4 de novembro. As novas inscrições tinham perfil predominantemente comercial, e esse detalhe ajuda a entender para onde parte dos investimentos começava a se dirigir. Não eram três novas fazendas, nem grandes áreas próprias sendo incorporadas num intervalo de poucos meses, mas pontos destinados a aproximar produção, beneficiamento e mercado consumidor. Em Alagoas, a filial foi instalada no bairro Antares; em Pernambuco, na Iputinga; e, no Ceará, Quixeré logo ultrapassaria a condição de simples endereço comercial para se transformar num dos maiores projetos logísticos já executados pelo Sítio Barreiras.

O Vale do Jaguaribe já possuía uma forte produção agrícola e não era necessário que o Sítio Barreiras se tornasse proprietário das terras para participar daquele movimento. A empresa passou a comprar banana de produtores da região e a acompanhar tecnicamente parte dos processos de produção, aproveitando uma estrutura local que já existia e acrescentando aquilo que havia acumulado ao longo de quase trinta anos: padrões de qualidade, transporte, beneficiamento, maturação e acesso aos clientes. Se, nos primeiros anos da empresa, o aumento das vendas dependia quase sempre de plantar uma quantidade maior nas próprias fazendas, agora era possível crescer incorporando a produção de terceiros à rede comercial, desde que o produto chegasse dentro dos padrões considerados adequados.

Quando se observa somente o resultado, a mudança pode parecer simples, mas há uma diferença substancial entre vender uma fruta própria e colocar a própria marca numa fruta adquirida de outro produtor. Na primeira situação, o controle começa no plantio e acompanha diretamente todo o processo; na segunda, exige-se do fornecedor um padrão que precisa ser construído e fiscalizado, sob pena de um problema ocorrido numa propriedade alheia alcançar imediatamente a reputação de quem vende. Em 2026, ao falar do trabalho desenvolvido no Vale do Jaguaribe, Fábio destacaria justamente o acompanhamento técnico dos parceiros e a necessidade de ajustar práticas desde a plantação até a colheita, inclusive no tocante ao emprego de defensivos. A terra não pertencia ao Sítio Barreiras, mas a responsabilidade sobre aquilo que seria colocado no mercado sob sua marca permanecia.

Em maio de 2025, quando as obras já estavam avançadas, veio a público a dimensão do projeto de Quixeré. O Sítio Barreiras investia R\$ 15 milhões, segundo informado à imprensa, integralmente com recursos próprios, num centro de distribuição destinado a ampliar a capacidade de beneficiamento e armazenamento das frutas. O empreendimento havia consumido cerca de um ano de obras e fora projetado para processar até mil toneladas de banana por semana, incorporando equipamentos voltados ao controle de temperatura e maturação. A mesma reportagem registrava que o Sítio Barreiras produzia naquele momento aproximadamente quarenta mil toneladas de banana por ano e cerca de cem toneladas de cacau, além de movimentar produtos obtidos junto a outros agricultores.

Ainda em 2025, outra mudança importante ocorreu de maneira menos visível que as obras de Quixeré. Em 13 de maio foi constituída, na própria Fazenda Sítio Barreiras, em Missão Velha, a SBF Participações Ltda. Fábio Régis de Albuquerque figurava como sócio-administrador, acompanhado por Fabrício Martinazzo Régis de Albuquerque, Felipe Martinazzo Régis de Albuquerque e Carolina Martinazzo Régis de Albuquerque. A empresa tinha como atividade a participação em outras

sociedades e criava, portanto, um instrumento para organizar sob uma mesma estrutura os interesses patrimoniais do núcleo familiar. Não houve, com isso, afastamento de Fábio da administração do Sítio Barreiras; o que se formalizava era a presença da geração seguinte dentro da organização societária.



Centros de distribuição de Quixeré e Fortaleza, essenciais nas operações de abastecimento da capital cearense e região metropolitana.

Em 5 de março de 2026, a SBF Participações passou a integrar oficialmente o quadro societário da Sítio Barreiras Fruticultura, permanecendo Fábio como administrador. O registro pode parecer excessivamente burocrático para um livro que acompanha fazendas, pessoas e bananas, mas sociedades familiares também envelhecem e precisam resolver problemas que a juventude do empreendimento permite adiar. Uma empresa fundada e administrada por alguém ainda em plena atividade não deixa de precisar preparar juridicamente o tempo em que o patrimônio ultrapassará a pessoa que inicialmente o concentrou. Sebastião Júnior havia deixado Fábio conduzir o Sítio Barreiras quando a realidade empresarial era outra; três décadas depois, a organização necessária para a geração seguinte exigia instrumentos mais formais.

Poucos meses depois dessa mudança, o centro de Quixeré estava concluído. Em junho de 2026, o investimento total já era calculado em R\$ 16 milhões e a unidade movimentava aproximadamente duas mil toneladas de banana por mês, com capacidade projetada para chegar a quatro mil. O volume recebido no Vale do Jaguaribe já superava o movimentado no centro do Cariri, que girava em torno de 1,5 mil toneladas mensais, diferença que Fábio relacionava principalmente à maior oferta hídrica existente na região jaguaribana. Os equipamentos, importados de países como Alemanha e Holanda, permitiam trabalhar em temperaturas distintas conforme o produto, e o processo entre recebimento, climatização e nova expedição podia ser concluído em cerca de doze horas.

A banana ainda ocupava o maior espaço, mas não estava sozinha. Abacate, abacaxi, coco, laranja, maçã, manga e melão também circulavam pelo centro, parte deles provenientes de produtores parceiros. A estrutura construída para resolver um problema da bananicultura passava a servir a um conjunto maior de frutas e, nesse sentido, Quixeré talvez represente melhor que qualquer outra unidade a transformação ocorrida no Sítio Barreiras durante a década. Não era uma fazenda em sentido tradicional, embora dependesse profundamente do campo;

tampouco era um simples armazém, pois ali se interferia diretamente na conservação e no ponto em que o produto chegaria ao consumidor. Era o resultado de um conhecimento que começara na lavoura, atravessara as estradas e terminara por criar uma atividade própria ao redor daquilo que, no princípio, parecia apenas obrigação de quem precisava vender o que plantava.

Para além da expansão comercial e logística, os últimos anos foram também de forte investimento tecnológico dentro das fazendas. O Sítio Barreiras passou a estruturar laboratórios próprios e ampliar o emprego da automação em diferentes etapas da produção, alcançando desde a fabricação de composto orgânico e formação de mudas até trabalhos de biotecnologia aplicados diretamente às necessidades das lavouras. Aquela compostagem que Fábio já empregava nos primeiros anos de Missão Velha, quando a prática ainda despertava estranheza entre muitos produtores da região, ganhou outra escala, acompanhada agora por controle técnico, análises e processos internos cada vez mais especializados.

O mesmo ocorreu com as máquinas. Criado entre os equipamentos da cerâmica do pai e acostumado desde menino a acompanhar sua manutenção, Fábio nunca teve grande paciência para aceitar que determinada ferramenta não poderia ser melhorada. Essa característica permaneceu no Sítio Barreiras e alcançou, entre outros pontos, o desenvolvimento e adaptação de equipamentos de pulverização e de outras máquinas destinadas às operações agrícolas. Em uma empresa que começara improvisando uma D20 para transportar bananas durante a madrugada, já havia, três décadas depois, estrutura própria para desenvolver parte das soluções que o campo exigia.

Ao completar trinta anos, o Sítio Barreiras permanecia sediado em Missão Velha, com Fábio à frente da administração e a banana como principal cultura, mas seria difícil descrevê-lo corretamente apenas como uma fazenda produtora. A matriz continuava no mesmo

município onde o projeto alcançara sua forma definitiva em 1996; Sá-tiro Dias mantinha a produção baiana; o Vale do Juliana acrescentara o cacau; Fortaleza, Barbalha, Recife, Maceió e Quixeré integravam a rede comercial e logística, enquanto a empresa adquiria frutas de parceiros em diferentes regiões. O cadastro da matriz, atualizado em 2026, continuava tendo o cultivo de banana como atividade principal, mas já incluía outras culturas, transporte rodoviário e atividades que refletem a diversificação ocorrida ao longo dos anos.

Talvez possa o leitor imaginar, diante dessa sucessão de novas unidades, que a história do Sítio Barreiras seja uma linha contínua de crescimento, interrompida apenas por acidentes episódicos. Não foi assim. Algumas decisões deram resultado, outras precisaram ser revistas; propriedades mudaram de mãos, projetos foram repensados e acontecimentos alheios à vontade de seus administradores obrigaram a empresa a alterar planos que pareciam consolidados. A própria passagem de Cajuapara ao Sítio da Serra demonstra que ampliar nem sempre significa conservar tudo aquilo que se ampliou, assim como a experiência de Sá-tiro Dias demonstra que recomeçar não exige necessariamente reconstruir exatamente aquilo que existia antes. Empresas familiares, por mais afeitas que sejam à tradição, precisam saber distinguir aquilo que deve ser preservado daquilo que pode e, algumas vezes, deve mudar.

Nesse ponto, retorno à reflexão feita nas primeiras páginas deste livro. Quando Sebastião Régis mantinha o café como principal cultura da Oito Porcos, sabia que uma propriedade não podia viver de uma única roça, e suas decisões diante das crises daquela lavoura acabaram levando a família a experimentar outras culturas, entre elas a banana. Seria forçado dizer que o Sítio Barreiras de 2026 decorre diretamente daquela escolha, pois quase setenta anos separam realidades econômicas, tecnológicas e sociais muito distintas. Há, contudo, uma maneira de lidar com as mudanças que atravessa essas gerações e que me parece difícil ignorar: a preferência por aprender antes de simplesmente

desistir e, quando já não é possível conservar determinada situação, procurar outra maneira de continuar trabalhando.

No Sítio Barreiras, esse princípio deixou de significar somente a diversidade de culturas. Passou a abranger também lugares, formas de produzir e maneiras de chegar ao mercado. Missão Velha e Sátiro Dias não são iguais; banana e cacau tampouco; um produtor parceiro de Quixeré não integra a empresa da mesma forma que um funcionário de uma fazenda própria, e um centro de distribuição no Recife possui função completamente diferente da de um bananal. Ainda assim, todas essas partes passaram a se encontrar numa mesma cadeia, vinculadas pela necessidade de colocar o produto nas mãos do consumidor em condições que preservassem o trabalho realizado desde o plantio.

Foi também por isso que escolhi chamar este capítulo de *Pouso Seguro*. A expressão poderia conduzir imediatamente a Sátiro Dias, primeiro grande recomeço produtivo depois dos acontecimentos de 2017, mas seria injusto limitar seu sentido à Fazenda Caatinga Grande. Nenhum lugar é inteiramente seguro para quem vive da agricultura, e os anos seguintes se encarregaram de mostrar que os riscos não se encontram apenas dentro das propriedades. O incêndio de 2021 ocorreu numa estrutura logística, longe dos bananais, enquanto problemas de mercado, clima, energia e transporte continuam sendo parte inevitável de qualquer empreendimento desse porte. O pouso seguro, se é possível empregar a expressão, foi sendo construído muito mais pela capacidade de não depender de uma única resposta.

Ao fim desses trinta anos, a segurança buscada por Fábio não parece estar vinculada à ideia de imobilidade. Ao contrário, boa parte da permanência do Sítio Barreiras decorreu de mudanças realizadas antes ou depois de situações que exigiam respostas rápidas

Não sei, e seria imprudente tentar antecipar, qual dessas frentes terá maior importância quando o Sítio Barreiras completar quarenta ou cinquenta anos. A função do historiador termina onde começa o futuro, e

qualquer tentativa de avançar além desse limite corre o risco de substituir a análise pelo desejo. O que podemos afirmar, olhando para o caminho percorrido entre 1996 e 2026, é que o empreendimento que chega aos trinta anos guarda muito daquele projeto inicial de Missão Velha, mas já não cabe dentro dos limites da fazenda onde nasceu. Há terra, lavoura e colheita, como sempre houve; há também logística, tecnologia, novos produtos, outras regiões e pessoas de uma geração que não estava sequer em idade de trabalhar quando as primeiras decisões foram tomadas.

Produtos que somos das decisões e preferências dos que nos antecederam, como afirmei no início deste livro, também deixamos aos que vêm depois os resultados das escolhas que fazemos em nosso próprio tempo. Sebastião Régis não conheceu o Sítio Barreiras, mas influenciou Sebastião Júnior; este, por sua vez, participou da formação de Fábio; e os filhos de Fábio já começam a receber um empreendimento muito diferente daquele que o pai começou a conduzir. Não receberão apenas fazendas, prédios, veículos ou participações societárias. Receberão também problemas, experiências, acertos, erros e uma determinada maneira de enxergar o trabalho, cabendo a eles, quando chegar seu tempo, decidir o que merece ser conservado e o que precisará mudar.

É assim que esta história chega a 2026. Não há propriamente um ponto final, pois empresas em funcionamento não concedem ao historiador a comodidade dos fatos definitivamente encerrados. Há apenas um marco, os trinta anos, suficiente para olhar para trás e perceber que aquele projeto iniciado no Cariri atravessou mudanças que dificilmente poderiam ter sido previstas por seus fundadores. Se o futuro lhe será tão favorável quanto alguns dos períodos aqui narrados, somente o tempo dirá. Por ora, o Sítio Barreiras segue trabalhando, e talvez seja essa a conclusão mais adequada para uma história que começou, muitas décadas antes de sua fundação, com homens que também aprenderam que a terra pouco oferece a quem espera parado.

MISSÃO VELHA: REFLEXO DE PASSADO, PRESENTE E FUTURO



VISTA AÉREA DO COMPLEXO DO SÍTIO BARREIRAS EM MISSÃO VELHA, em setembro de 2026, na terra onde tudo começou e onde, passadas três décadas, permanecem algumas das mais evidentes demonstrações da dimensão alcançada pelo trabalho iniciado ainda nos anos 1990. A extensão dos bananais, as estruturas erguidas e as sucessivas ampliações realizadas ao longo dos anos são, por si, testemunhos de uma trajetória construída com investimento, experiência acumulada e capacidade de adaptação, fazendo deste lugar não apenas o ponto de partida da empresa, mas também o melhor exemplo daquilo que o trabalho contínuo foi capaz de concretizar, e que hoje é gerida por Felipe Albuquerque.



VISTA AÉREA DO POLO ADMINISTRATIVO E LOGÍSTICO DA FAZENDA DO SÍTIO BARREIRAS, em Missão Velha, onde se concentram algumas das principais estruturas responsáveis pelo funcionamento da empresa, entre elas o escritório central, o centro de desenvolvimento de software, o BioSítio e as instalações destinadas ao processamento, armazenamento e distribuição da colheita. O BioSítio constitui um dos exemplos mais expressivos do investimento realizado pela empresa em pesquisa e inovação aplicadas à atividade agrícola, reunindo laboratório e estrutura biológica voltados ao desenvolvimento e à produção de bioinsumos. Ali são realizados o cultivo e a conservação *in vitro* de fungos e bactérias, testes de interação entre microrganismos, isolamento de novas linhagens, produção em maior escala e controle de qualidade do material posteriormente empregado nos bananais. A unidade de Missão Velha possui ainda estrutura para multiplicação de microrganismos utilizados no controle biológico e na redução da dependência de insumos químicos. Reunindo, num mesmo espaço, administração, tecnologia, pesquisa, produção e logística, o complexo traduz uma das características assumidas pelo Sítio Barreiras ao longo de sua expansão: a preocupação em manter sob acompanhamento direto diferentes etapas da cadeia produtiva, desde o desenvolvimento de soluções para o campo até o preparo e encaminhamento da fruta para os centros de distribuição e o mercado consumidor.



VISTA AÉREA DO CENTRO DE MANUTENÇÃO DO SÍTIO BARREIRAS, em Missão Velha, estrutura que reúne oficina, posto de combustível e armazém de peças e suprimentos, concentrando boa parte do suporte necessário ao funcionamento diário da frota. É neste setor que se encontra um dos elementos fundamentais do sucesso logístico alcançado pela empresa ao longo dos anos: um programa minucioso de manutenção, executado pelo próprio Sítio Barreiras e desenvolvido a partir da experiência acumulada com seus veículos e com as particularidades do transporte de frutas. Nesse aspecto, dois detalhes merecem atenção. O primeiro é a predominância da suspensão a ar na frota, solução que, embora demande manutenção mais complexa, foi adotada com o objetivo de preservar a qualidade do fruto durante o transporte, reduzindo os impactos e as vibrações transmitidos à carga ao longo do percurso. O segundo é a longevidade alcançada pelos veículos. Enquanto a alta quilometragem costuma significar, para muitas empresas, a proximidade da substituição de um caminhão, a metodologia de manutenção empregada pelo Sítio Barreiras permite que exemplares com décadas de trabalho permaneçam em plena atividade. É o caso da Scania 420 da série Millennium, fabricada há 26 anos e que, ainda integrada à frota, caminha para alcançar a marca de três milhões de quilômetros rodados, resultado que ajuda a dimensionar não somente a intensidade de sua utilização, mas também o rigor dispensado à conservação dos equipamentos responsáveis por fazer chegar a produção aos diferentes mercados atendidos pela empresa.

“Eu gosto de catar o mínimo e o escondido. Onde ninguém mete o nariz, aí entra o meu, com a curiosidade estreita e aguda que descobre o encoberto.

Daí vem que, enquanto o telégrafo nos dava notícia tão graves como a taxa francesa sobre a falta de filhos e o suicídio do chefe de polícia paraguaio, cousas que entram pelos olhos, eu apertei os meus para ver cousas miúdas, cousas que escapam ao maior número, cousas de míopes.

A vantagem dos míopes é enxergar onde as grandes vistas não pegam”.

Crônica de Machado de Assis publicada originalmente em ‘A Semana’ na Gazeta de Notícias – Rio de Janeiro, 11 de novembro 1900.

ANEXO | A TRAJETÓRIA DO FRUTO CONQUISTADOR: DA PACOVA COLONIAL À FORMAÇÃO DA BANANICULTURA.

Ao iniciar a pesquisa sobre a história do Sítio Barreiras não estive imune à necessidade que o historiador possui de entender o processo histórico em suas muitas fases. Para compreender bem os porquês do destaque do Sítio Barreiras, eu precisava entender melhor a própria história da banana no Brasil.

A banana está de tal maneira incorporada aos hábitos alimentares brasileiros que sua presença entre nós parece quase natural. Das pequenas roças aos cultivos comerciais, dos mercados urbanos aos quintais rurais, atravessou diferentes regiões, formas de cultivo e maneiras de consumo. Essa familiaridade, entretanto, encobre uma história muito mais longa. As bananeiras cultivadas pertencem ao gênero *Musa* e sua domesticação está relacionada ao Sudeste Asiático e ao oeste do Pacífico, de onde diferentes grupos se difundiram por outras partes da Ásia e, em época bastante anterior à expansão marítima europeia, alcançaram o continente africano. A presença da planta no Brasil deve ser compreendida dentro dessa circulação antiga, posteriormente incorporada às rotas marítimas portuguesas.

Quando se passa da origem botânica para a história da presença da planta no território brasileiro, as certezas diminuem. Não há, na documentação conhecida, um registro capaz de fixar com segurança o ano, a embarcação ou o responsável pela introdução da bananeira. O que existe são testemunhos produzidos algumas décadas depois do início da

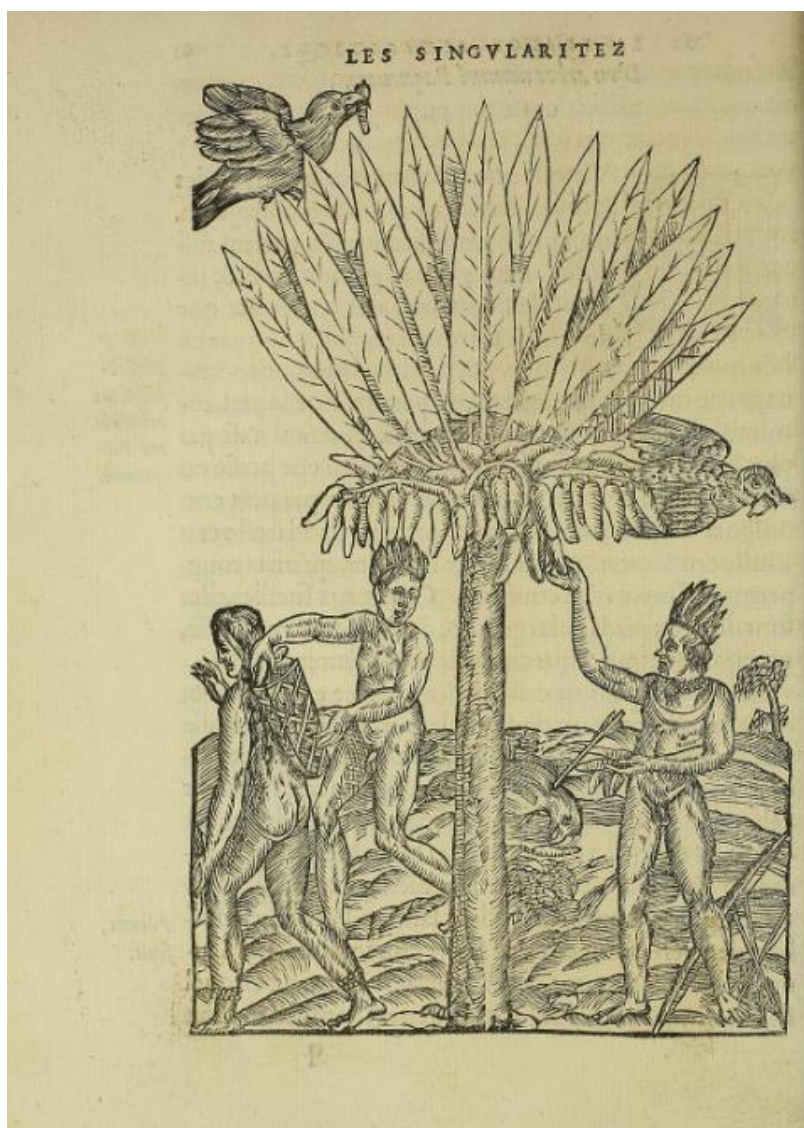
colonização, quando bananas e pacovas já aparecem cultivadas, colhidas e consumidas. Há ainda um problema de nomenclatura. Os autores dos séculos XVI e XVII nem sempre empregavam banana e pacova como termos equivalentes e alguns distinguiram variedades que julgavam naturais da América daquelas que sabiam ou supunham introduzidas de outras partes do mundo. A botânica contemporânea situa fora das Américas a origem das bananeiras cultivadas, mas a divergência das fontes antigas não deve ser simplesmente apagada: ela pertence à história do conhecimento construído sobre a planta.

Entre os testemunhos mais antigos encontra-se Jean de Léry. O francês chegou à baía de Guanabara em 1557, durante a experiência da França Antártica, e publicou em 1578 a *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil*. Ao tratar das plantas e dos alimentos dos Tupinambá, descreveu a pacoére, cujo fruto chamou de pacó, registrando a maciez do pseudocaule, as grandes folhas e os cachos levados pelos indígenas para suas habitações. Para explicar a fruta ao leitor europeu, comparou sua forma ao pepino e sua consistência, quando madura, ao figo. A comparação era um recurso comum nos relatos de viagem: aquilo que o leitor desconhecia era explicado por meio de objetos e sabores familiares.

Léry não se limitou à aparência. A pacova aparece integrada à alimentação indígena e o viajante manifestou grande apreço por seu sabor, que considerou superior ao dos bons figos europeus. O interesse desse registro não está em decidir se o gosto do francês era representativo, mas em constatar que, em meados do século XVI, a planta possuía denominação indígena, era colhida em quantidade e fazia parte das práticas alimentares observadas pelo viajante.

Poucos anos depois, Pero de Magalhães Gandavo deixou uma descrição mais extensa. Na História da Província Santa Cruz, publicada em 1576, escreveu:

“Também ha uma fruita que lhe chamam Bananas, e pela lingua dos indios Pacovas.”



Colheita na árvore chamada Pacovera, veiculada em Les singularitez de la France Antarctique, autrement nommée Amerique, & de plusieurs Terres & Isles decouvertes de nostre temps, de autoria de André Thevet, e publicada em 1558.

A coexistência dos dois nomes aparece logo na abertura de sua descrição. Gandavo observou a abundância das plantas, as folhas largas, a formação dos cachos e o aparecimento de rebentos depois da frutificação. Interessou-se também pelo amadurecimento depois da colheita e pelas diferentes maneiras de consumir o fruto. A passagem mais importante para a história da alimentação aparece quando distingue o uso da banana madura daquele da fruta verde:

“assadas verdes paixão por mantimento e quasi tem sustancia de pão.”

Na mesma passagem, Gandavo relacionou esse alimento à população escravizada. A observação não autoriza generalizações sobre toda a dieta dos escravizados na América portuguesa, mas a escolha do termo “mantimento” é significativa. A banana verde assada podia ser tomada como alimento de sustento, e não apenas como fruta consumida madura. A comparação com o pão era uma maneira de traduzir ao leitor europeu a função alimentar que o cronista acreditava observar.

Gandavo registrou ainda uma curiosidade que voltaria a aparecer em outros autores. Ao cortar transversalmente determinadas bananas, julgava ser possível enxergar na polpa *“hum signal à maneira de Crucifixo”*. A passagem pertence a uma época em que a descrição da natureza, a utilidade medicinal, a interpretação religiosa e a curiosidade se encontravam frequentemente no mesmo texto. Não há razão para retirar essa observação do relato apenas porque ela não corresponde às categorias da botânica moderna; ela informa sobre a maneira como um homem do século XVI via e interpretava a natureza.

A descrição mais extensa do período quinhentista foi deixada por Gabriel Soares de Sousa. Seu Tratado descritivo do Brasil em 1587 resulta de uma experiência prolongada na Bahia. Soares viveu na colônia, tornou-se proprietário e senhor de engenho e conhecia diretamente a agricultura da região. O capítulo dedicado às pacovas e bananas começa com uma afirmação que teria longa repercussão:

“Pacoba é uma fruta natural desta terra.”

O cronista descreveu a planta, o desenvolvimento dos cachos, o corte depois da frutificação e o amadurecimento dos frutos colhidos ainda verdes. Observou também variedades e diferentes usos culinários. Algumas pacovas eram assadas; outras podiam ser secas, conservadas ou preparadas com açúcar. A minúcia da descrição mostra que, no final do século XVI, o cultivo e o aproveitamento da planta já possuíam práticas suficientemente conhecidas para serem registradas com detalhe.

A afirmação de que a pacova seria “natural desta terra” não deve ser aceita hoje como conclusão botânica. Ela interessa por outra razão. Soares diferenciava as pacovas daquilo que chamava especificamente de bananas e atribuía estas últimas a uma rota africana, escrevendo que haviam ido ao Brasil a partir de São Tomé. A passagem coloca a história da planta dentro do sistema atlântico português, no qual circulavam pessoas, mercadorias, técnicas e espécies vegetais.

A relação com a África aparece de maneira ainda mais direta quando Soares registra:

“Os negros de Guiné são mais afeiçoados a estas bananas que às pacobas.”

A frase é curta, mas abre uma dimensão que não pode ser deixada de lado. Homens e mulheres trazidos compulsoriamente da África para o Brasil provinham de regiões nas quais diferentes bananeiras eram conhecidas e cultivadas. A presença africana na história da banana brasileira não se limita, portanto, ao possível trajeto da planta por ilhas atlânticas. Ela envolve também conhecimentos agrícolas, preferências alimentares e práticas trazidas por populações submetidas à escravidão.

Gabriel Soares registrou ainda a presença dessas plantas em roças relacionadas aos africanos, informação que deve ser lida juntamente com sua observação sobre a preferência por determinadas bananas. Não se pode reconstruir a dieta dos escravizados apenas a partir de uma frase

do cronista, mas sua notícia é suficiente para impedir uma narrativa em que a banana apareça somente como planta transferida por portugueses e recebida passivamente por outros grupos. Indígenas e africanos participaram ativamente de sua incorporação aos sistemas alimentares e agrícolas formados na colônia.

A antiga distinção entre pacova e banana continuou a aparecer na documentação posterior. Frei Vicente do Salvador registrou a banana-de-são-tomé, enquanto autores ligados ao Brasil holandês também mencionaram pacovas e bananas. O levantamento realizado por Bernardo Tomchinsky e Lin Chau Ming, a partir de dezoito cronistas e viajantes dos séculos XVI e XVII, identificou 183 espécies ou grupos vegetais empregados na alimentação. O conjunto revela uma paisagem agrícola em transformação, na qual plantas americanas conviviam com espécies introduzidas da Europa, África e Ásia.

Ao longo do período colonial, a bananeira parece ter deixado progressivamente de exigir a apresentação minuciosa que recebera nos primeiros cronistas. Esse silêncio relativo não deve ser confundido com ausência. Uma planta muito conhecida tende a chamar menos a atenção do observador do que aquilo que lhe parece estranho. A banana podia ser plantada junto às casas, em sítios, pequenas roças e propriedades maiores, sem depender da estrutura técnica e financeira exigida pela produção açucareira. Sua propagação por rebentos também favorecia a multiplicação dos bananais.

No começo do século XIX, os relatos de viagem mostram com maior nitidez o resultado dessa difusão. A transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, e a abertura dos portos facilitaram a entrada de estrangeiros. Naturalistas, comerciantes, mineralogistas, diplomatas, artistas e viajantes percorreram regiões antes pouco descritas por observadores de fora. Suas obras registraram, muitas vezes de passagem, a presença da bananeira em mercados, propriedades, quintais e roças.

John Mawe, mineralogista inglês que viajou pelo Brasil ainda durante o período joanino, incluiu a banana entre os produtos de primeira necessidade. Ao tratar das possibilidades agrícolas oferecidas pelo clima, escreveu:

“As hortaliças e raízes comestíveis, como couves, rabanetes, nabos, pepinos, melões, feijões, batatas, milho, mandioca, bananas e vários outros produtos de primeira necessidade podem ser plantados e colhidos todos os dias do ano, tanto nas montanhas quanto nas planícies. Como o calor e a umidade existem aqui nas proporções mais favoráveis, facilmente se concluirá que a vegetação deve ser extremamente rápida.”

A classificação da banana entre os “produtos de primeira necessidade” é particularmente interessante quando comparada, com as devidas reservas, à passagem de Gandavo. Mais de dois séculos separavam os dois autores, e cada um escrevia em circunstâncias próprias, mas ambos reconheciam na banana uma função que ultrapassava a de simples fruta. Em Gandavo, a fruta verde assada “passava por mantimento”; em Mawe, aparece junto da mandioca e do milho entre os gêneros necessários à alimentação.

Mawe encontrou também os limites do cultivo. Em áreas elevadas, observou que o frio prejudicava culturas tropicais, inclusive a bananeira. Na Bahia, entretanto, encontrou situação bastante diversa. Ao tratar do abastecimento de Salvador, registrou a abundância de frutas nos mercados e manifestou especial apreço pelas bananas locais. A avaliação de qualidade pertence naturalmente ao gosto do viajante, mas a presença do produto no mercado interessa por indicar uma circulação urbana já estabelecida.

Henry Koster oferece uma observação ainda mais próxima da organização das propriedades. Chegou a Pernambuco em 1809 e permaneceu por anos no Nordeste, percorrendo áreas de Pernambuco,

Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Em *Travels in Brazil*, publicado em Londres em 1816, descreveu uma propriedade enumerando a casa do proprietário, a capela, o engenho, as habitações dos escravizados e outras construções. Em seguida, registrou:

“Do lado oposto do campo fica a casa do capelão, com uma fileira menor de habitações de negros junto a ela, seu bananal e, por trás, suas mangueiras de copas largas. Além da casa principal encontram-se terras baixas e extensas destinadas à cana e às pastagens [...]”

A passagem é útil porque permite observar a distribuição espacial do cultivo. O bananal não se confundia com os canaviais. Estava próximo das habitações, integrado a uma parte da propriedade destinada ao consumo e à vida cotidiana. A grande lavoura não eliminava outras culturas. Ao redor do engenho existiam roças, árvores frutíferas e pequenas áreas que sustentavam a população residente.

A bananeira aparece em posição semelhante nas viagens de Auguste de Saint-Hilaire. O naturalista francês chegou ao Brasil em 1816 e percorreu, durante aproximadamente seis anos, extensas áreas do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Seus interesses botânicos não o impediram de registrar a agricultura das povoações. Em diferentes passagens, encontrou bananeiras plantadas nos quintais e próximas às casas, ao lado de mamoeiros e outras frutíferas.

Essas pequenas plantações são difíceis de acompanhar pela documentação fiscal ou pelas estatísticas agrícolas. Um quintal com algumas touceiras podia alimentar os moradores da casa e ainda produzir excedentes para troca ou venda local, sem aparecer em qualquer relação de exportação. Os relatos de viagem tornam visível esse nível doméstico da produção.

Saint-Hilaire observou também as limitações climáticas da cultura. Em seu deslocamento para regiões meridionais, relacionou o desaparecimento ou a dificuldade de certas plantas à diminuição da temperatura. As bananeiras apareciam, nesse sentido, entre as espécies cujo cultivo permitia ao naturalista perceber diferenças internas no clima e na vegetação do território.

Spix e Martius, que viajaram pelo Brasil entre 1817 e 1820, fornecem documentação particularmente rica. Percorreram São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas. Na região amazônica, encontraram grandes pacovais e registraram:

“Encontramos ali longas filas de goiabeiras [...] perto do rio, um pacoval com incrível número de pés.”

A passagem prossegue com uma distinção que merece ser conservada:

“Aqui, como em todo o Amazonas, é plantada de preferência a pacova comprida (Musa paradisiaca L.) indígena do Brasil, e que, sob o nome de banana-da-terra, se distingue da banana-de-são-tomé (Musa sapientum L.) menor e arredondada. A primeira é menos doce na verdade, mas também menos insípida; pois desenvolve o seu aroma peculiar perfeitamente quando é dependurada em lugar arejado e quente. Os índios, que sabem com ela preparar diversos manjares, preferem-na à outra espécie.”

E acrescentaram:

“A quantidade de bananas que produz um pacoval bem plantado, mesmo pequeno, é incrível.”

A classificação adotada por Spix e Martius não corresponde ao entendimento botânico atual sobre a origem das bananeiras cultivadas. Ainda assim, é historiograficamente importante. Gabriel Soares, no século XVI, já distinguira pacovas que considerava naturais da terra de

bananas relacionadas a São Tomé. Mais de dois séculos depois, naturalistas europeus continuavam reproduzindo uma separação semelhante. O problema da origem americana ou introduzida da planta atravessou, portanto, diferentes momentos da literatura sobre o Brasil.

A passagem registra ainda a preferência indígena pela pacova comprida e o conhecimento de diferentes preparações. Não é um dado isolado. Desde Léry, os relatos mostram indígenas colhendo, preparando e consumindo bananas ou pacovas. A incorporação da planta aos sistemas alimentares indígenas ocorreu cedo e continuava visível aos naturalistas oitocentistas.

Spix e Martius encontraram também bananeiras associadas a outras culturas. Em determinadas roças, banana, mandioca e milho apareciam lado a lado. Mandioca e milho pertenciam aos antigos sistemas agrícolas americanos; a bananeira tinha outra origem. No campo cultivado, entretanto, essas histórias biogeográficas distintas haviam sido reunidas havia muito tempo.

A documentação iconográfica permite ampliar essa observação. Jean-Baptiste Debret, que viveu no Brasil entre 1816 e 1831, deixou entre seus trabalhos uma composição identificada como Vendedora de folhas de bananeira (*Marchande de feuilles de bananier*). A imagem chama atenção porque desloca o interesse do fruto para outra parte da planta. As folhas possuíam utilidade suficiente para participar do pequeno comércio urbano. Não é necessário atribuir-lhes, sem documentação específica, todos os usos que posteriormente seriam conhecidos; basta reconhecer que eram recolhidas e vendidas.

Debret também registrou, em texto, pequenas habitações cercadas por bananeiras, cujos moradores cultivavam mandioca ou cana para sua subsistência. A imagem é próxima daquela encontrada em Koster: a bananeira circundava o espaço doméstico, enquanto outros cultivos ocupavam terrenos próximos. Não se trata de estabelecer um modelo único

de propriedade, mas de reconhecer uma disposição que aparece em observadores diferentes.



Le Bananier, de Debret, 1835.

Maria Graham, que chegou ao Brasil em 1821 e publicou em 1824 seu *Journal of a Voyage to Brazil*, encontrou as bananeiras nos jardins e chácaras dos arredores do Rio de Janeiro. Em uma de suas descrições, enumerou espécies que davam sombra e aspecto tropical aos jardins:

“a laranjeira, a bananeira, a fruta-pão [...] e as palmeiras.”

A enumeração reúne plantas de procedências distintas, já cultivadas no mesmo espaço. A bananeira não aparece como raridade do Jardim Botânico, mas como componente comum dos jardins privados e das chácaras. Essa circunstância ajuda a medir o grau de incorporação alcançado pela planta. Outras espécies asiáticas ainda eram objeto de aclimação oficial; a banana estava disseminada fora dos muros das instituições.

George Gardner, botânico escocês que percorreu o Brasil entre 1836 e 1841, encontrou quadro semelhante. Em Salvador, observou bananeiras, laranjeiras e coqueiros misturados às casas, compondo a vegetação da cidade. Em regiões elevadas, porém, registrou novamente as limitações impostas pelo frio. Na Serra dos Órgãos, viu árvores europeias e plantas tropicais crescendo no mesmo jardim, mas anotou, a respeito de algumas delas:

“o frio raramente permite que os frutos atinjam a perfeição.”

As observações de Mawe, Saint-Hilaire e Gardner deixam ver que a cultura da bananeira não se distribuía uniformemente. Altitude e temperatura podiam prejudicar o desenvolvimento da planta, mesmo em um país que os viajantes europeus costumavam caracterizar genericamente como tropical.

Ao lado da produção doméstica, a banana participava cada vez mais dos circuitos urbanos de abastecimento. Mawe encontrou-a nos mercados de Salvador. Koster e outros observadores do Nordeste

registraram um pequeno comércio de alimentos no qual mulheres negras, escravizadas ou livres, tinham participação importante. Frutas, doces e outros gêneros eram levados pelas ruas e vendidos diretamente à população. A banana fazia parte desse movimento entre sítios, propriedades rurais, mercados e consumidores.

A perecibilidade da fruta limitava, entretanto, a distância que podia percorrer. Diferentemente do açúcar, do café, da farinha ou de outros produtos capazes de suportar períodos relativamente longos de armazenamento, a banana continuava amadurecendo depois da colheita. Era preciso cortá-la no momento adequado e levá-la ao consumidor antes que se deteriorasse. Durante boa parte do século XIX, essa condição favoreceu mercados locais e regionais.

Na segunda metade do século, a expansão das ferrovias, a navegação a vapor, as melhorias portuárias e o crescimento das cidades começaram a modificar esse quadro. Essas infraestruturas não foram criadas para atender à banana, mas diminuía o tempo de deslocamento de produtos perecíveis e aproximavam zonas produtoras de centros consumidores e portos.

Richard Francis Burton, cônsul britânico em Santos, percorreu Minas Gerais e o vale do São Francisco na década de 1860. Em *Explorations of the Highlands of the Brazil*, publicado em 1869, a banana aparece integrada às paisagens e aos usos cotidianos. No Rio de Janeiro, mencionou jardins nos quais cresciam bananeiras luxuriantes. Durante sua viagem pelo São Francisco, chegou a registrar pedaços de banana empregados como isca na pesca. São notícias pequenas, mas justamente por isso reveladoras: a fruta fazia parte de práticas tão corriqueiras que podia aparecer sem qualquer explicação adicional.

A comparação entre os relatos quinhentistas e oitocentistas evidencia uma mudança documental. Gandavo e Gabriel Soares dedicaram espaço considerável a explicar o que eram as bananas e pacovas. Os viajantes do século XIX podiam mencionar uma casa cercada de

bananeiras, um bananal ao lado das habitações, frutas vendidas no mercado ou um pacoval à margem do rio sem apresentar a planta ao leitor.

Isso não significa que existisse uma única “bananicultura” no Brasil imperial. A documentação mostra situações distintas: algumas touceiras no quintal, um bananal ligado às necessidades de uma propriedade, grandes pacovais amazônicos, frutas comercializadas nos mercados urbanos e áreas onde o frio impedia o bom desenvolvimento. A especialização comercial foi posterior a essa presença já disseminada.

No final do século XIX, sobretudo nas áreas próximas aos portos do Sul e Sudeste, a possibilidade de transportar bananas para mercados mais distantes começava a criar condições para outra escala de produção. É nesse contexto que deve ser lido o artigo publicado por Paschoal de Moraes em 1910. O documento não registra o nascimento da cultura da banana no Brasil; registra um momento em que uma planta cultivada havia séculos passava a ser tratada de maneira mais sistemática como produto comercial e de exportação.

Em novembro de 1910, a revista *Chácaras e Quintaes* publicou “A cultura do ‘Fructo Conquistador’”. A abertura do artigo revela o entusiasmo do autor:

“A cultura da banana é uma grande e poderosa fonte de inexaurível riqueza que precisamos regularizar e desenvolver, conquistando mercados na Europa. Nada mais fácil. Os soberbos e colossaes mercados dos Estados Unidos, da Inglaterra etc. são quasi completamente abastecidos pela produção fraca e espaçada da America Central, fructinhas mirradas em cachos rachíticos. As nossas bananas de Santos, do Paraná, S. Paulo, Santa

Catharina, Minas, Rio, têm emvez cachos que pesam frequentemente de 80 kilos a 110 kilos cada um!"

CHACARAS E QUINTAES

A cultura do "Fructo Conquistador"

(*"Le bananier seul donne à l'homme de quoi le nourrir, le loger, le meubler, l'habiller et l'ensevelir. B. DE ST. PIERRE"*).

pelo Dr. PASCHOAL DE MORAES, do Rio de Janeiro

(Escrepto especialmente para a "Chacaras e Quintaes")

A cultura da banana é uma grande e poderosa fonte de inexaurível riqueza que precisamos regularizar e desenvolver, conquistando mercados na Europa. Nada mais facil.

Os soberbos e colossaes mercados dos Estados Unidos, da Inglaterra etc. são quasi completamente abastecidos pela produção fraca e espaçada da America Central, fructinhas mirradas em cachos rachiticos...

As nossas bananas de Santos, do Paraná, S. Paulo, Santa Catharina, Minas, Rio, têm emvez cachos que pesam frequentemente de 80 kilos a 110 kilos cada um!

Cultura A cultura da bananeira requer apenas alguns cuidados. Sempre que possível seja, o terreno deve ficar limpo.

Os mezes mais apropriados para o plantio são de Outubro a Março. Em condições favoráveis a fructificação dura dez mezes.

Preparado o terreno, abrem-se covas em alinhamento regular, de 60 centímetros de largura e 35 de profundidade, mais ou menos.

As covas devem conservar entre si um espaço de 4 mts. Todo matto extirpado deverá ser reunido junto ás touceiras, servindo de estrume. Deve-se ter o cuidado de conservar as plantações limpas deervas damninhas, pelo menos durante o primeiro anno. Intermediariamente podem ser cultivadas outras plantas de anno. Por occasião da colheita, deve-se cortar o tronco bem rente ao chão.

Não se deve deixar em cada touceira mais de quatro rebentos, para que não seja prejudicado o desenvolvimento dos cachos.

Para se conservar um bananal, por muitos annos, deve-se mudar o alinhamento das bana-

neiras, plantando outras nos intervallos e destruindo as mais velhas touceiras; isso produzirá abundantes e excellentes fructos.

A bananeira exige terrenos quentes e um tanto humidos, onde predominem as argilas e que sejam ricos em humus: ella viceja admiravelmente nos varzedos, nos logares baixos, sombrios e adubados. Não exige estrumes muito azotados, prefere as substancias ricas em materias carbonadas.

Colheita — Na colheita dos fructos, deve-se

evitar o systema até hoje empregado, de cortar-se o caule com qualquer facão ou foice, a metros de altura acima do chão: por essa forma, o toco amputado da bananeira conserva-se por muito tempo com a sua vitalidade, tomando assim o espaço em que as outras tendem a se desenvolver, como também se torna um grande concorrente na seiva retirada da terra em detrimento das outras.

Deve-se usar uma serra especial para essa operação, para com ella serrar o tronco bem rente do chão. Por esse modo desaparecerá de



(Clichê Chacaras e Quintaes)

A colheita das bananas

O tom é propagandístico e não deve ser confundido com uma avaliação neutra da produção brasileira ou centro-americana. Moraes pretendia convencer seus leitores de que havia riqueza a ser explorada e mercados a conquistar. Seu texto é valioso justamente por documentar essa expectativa.

O artigo discute espaçamento, limpeza do terreno, seleção de rebentos, corte, produtividade, embalagem e transporte. A banana começava a ser apresentada como cultura que deveria ser “regularizada” e tecnicamente orientada. Ao lado das recomendações agrícolas, Moraes reuniu números de produção e exportação. Para Santos, apresentou em 1907 uma produção superior a 1,6 milhão de cachos. No Paraná, informou:

“só ‘Morretes’, um dos ricos municípios do Paraná exportou de janeiro a março de 1908, 31.800 cachos de bananas.”

A documentação mostra também que a existência de grandes bananais não resolvia o problema da comercialização. Em Guaraqueçaba, Moraes estimava enorme quantidade de touceiras, mas reclamava da irregularidade dos vapores responsáveis pelo escoamento. Para uma fruta perecível, o transporte era parte essencial do sistema produtivo.

Os destinos das exportações ajudam a corrigir o entusiasmo europeu manifestado no início do artigo:

“Quasi todas as bananas que são remetidas do Brasil para o exterior vão para a Republica Argentina e Uruguay. No entanto poderiam achar tambem boa collocação na Europa e America do Norte, onde encontrariam preços bastante convidativos.”

A Europa e os Estados Unidos apareciam, portanto, como mercados desejados. Argentina e Uruguai eram destinos efetivos e geograficamente mais próximos das regiões produtoras do Sul e Sudeste.

Moraes não tratou a banana apenas como mercadoria. Ao discutir seu valor alimentar e a produção de farinha, escreveu longamente:

“Introduzindo a banana no regimen alimentar, não devemos consideral-a um suplemento sem valor, mas sim um reservatorio de energia precioso, que não se deve desprezar. O uso da farinha de banana merece, por todos os fôros, ser diffundido em larga escala, sobretudo entre nós, não só porque ella póde ser obtida por baixo preço, como tambem póde, de certa maneira, substituir a carne, que não está ao alcance das bolsas modernas. [...] A banana deve, pois, occupar um lugar de honra, primordial, no regimen vegetariano e na alimentação da gente pobre.”

A linguagem nutricional pertence ao início do século XX e não deve ser tomada como recomendação científica atual. Como documento histórico, entretanto, a passagem é importante. O mesmo autor que defendia a conquista dos mercados europeus apresentava a banana como alimento barato para as camadas pobres.

Há uma distância de mais de trezentos anos entre esse texto e a descrição de Gandavo. Seria excessivo construir uma continuidade direta entre a alimentação de escravizados no século XVI e as preocupações sociais de um articulista agrícola de 1910. Ainda assim, as fontes registram uma característica recorrente: a banana podia participar ao mesmo tempo da economia mercantil e de formas populares de alimentação.

Uma das imagens do artigo de 1910 é identificada como “Plantação consorciada de bananeiras e mandioca”. A legenda merece atenção porque mostra que a expansão comercial não implicava necessariamente bananeais isolados de outras culturas. A mandioca, planta americana de longa história, continuava dividindo o terreno com a bananeira introduzida. A associação encontrada por viajantes do século XIX permanecia visível no início do XX.

Nas décadas seguintes, a produção comercial se especializaria em determinadas regiões, acompanhando a ampliação dos mercados urbanos, a infraestrutura de transportes e o desenvolvimento de técnicas próprias de cultivo e comercialização. Em 1957, José Ribeiro de Araújo Filho publicou no Boletim Paulista de Geografia um estudo dedicado à cultura da banana no Brasil. Sua abertura chamava a banana de “fruta do povo”, expressão que sintetizava uma presença social muito mais antiga que a própria bananicultura especializada.

A documentação reunida desde o século XVI permite acompanhar essa trajetória sem transformá-la numa evolução linear. A banana não passou simplesmente de fruta exótica a produto de exportação. Diferentes formas de cultivo e consumo coexistiram durante séculos. A planta podia estar na roça indígena, na alimentação de africanos e seus descendentes, no quintal de uma casa, no terreno de um engenho, no mercado urbano ou, mais tarde, num bananal voltado ao comércio externo.

Os nomes também guardaram parte dessa história. Pacova, banana, banana-de-são-tomé, banana-da-terra e outras denominações atravessaram as fontes e nem sempre significaram exatamente a mesma coisa. Gabriel Soares acreditava distinguir uma pacova natural do Brasil de uma banana vinda de São Tomé. Spix e Martius, mais de dois séculos depois, ainda empregavam uma distinção semelhante. A botânica moderna alterou profundamente esse entendimento, mas a permanência dessas classificações é parte da história cultural e científica da planta.

A origem asiática da bananeira não diminui, portanto, a profundidade de sua história no Brasil. Ao contrário. É justamente a rapidez e a extensão de sua incorporação que tornam sua trajetória particularmente interessante. Poucas décadas depois do início efetivo da colonização, cronistas já a encontravam cultivada e consumida. No século XIX, viajantes a viam em quintais, engenhos, povoações, mercados e pacovais. No começo do século XX, agrônomos e articulistas discutiam produtividade, transporte e exportação.

A história da banana no Brasil é também uma história da circulação de plantas e pessoas, da formação de novos sistemas alimentares e da transformação das paisagens cultivadas. Indígenas, africanos e europeus não participaram desse processo em condições iguais, e a escravidão constitui parte incontornável dessa história. Ainda assim, os documentos mostram que conhecimentos e práticas agrícolas circularam juntamente com as plantas, sendo apropriados e transformados por diferentes grupos.

A banana que hoje parece inseparável da alimentação brasileira é resultado dessa longa experiência. Não nasceu no Brasil, mas foi aqui plantada, nomeada, selecionada, preparada e incorporada a diferentes tradições. Antes de aparecer nas estatísticas, esteve nos quintais. Antes de ser tratada como “fructo conquistador”, já havia sido descrita como mantimento. Antes de alcançar mercados estrangeiros, percorrera roças, engenhos e ruas das cidades brasileiras, e hoje ganha o Brasil nas carretas do Sítio Barreiras.

A pedido de Fábio Régis, incluo esta nota de fim:

“Roberto,

Confiar a você a história do Sítio Barreiras foi uma decisão importante para mim. É uma história muito cara à nossa família e às pessoas que a construíram conosco. Sabia que suas palavras seriam o caminho pelo qual muitos viriam a nos conhecer e compreender.

Essa confiança nasceu da percepção do seu caráter, da sua capacidade e dos valores que compartilhamos. Reconhecer essa afinidade me deixou à vontade para lhe entregar a missão de registrar uma parte tão importante das nossas vidas.

Ao longo do trabalho, sua dedicação confirmou essa escolha. Você é um jovem historiador que trata seu ofício com muita seriedade, pesquisa com profundidade e tem uma capacidade de escrita que admiro. Esse cuidado me deu confiança de que nossa história seria tratada com o respeito que ela merece.

Obrigado por colocar seu talento e sua energia nesse livro. Para mim e para Filó, isso representa a preservação de uma memória construída por muitas pessoas, com muito trabalho e significado. Sou grato por ter encontrado em você alguém em quem pudemos confiar para contá-la.

Um abraço,

Fábio Régis de Albuquerque”

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. A cultura da banana no Brasil. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 27, p. 27-54, 1957.
- BARLÉU, Gaspar. História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil. Tradução e anotações de Cláudio Brandão. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940.
- BURTON, Richard Francis. Explorations of the Highlands of the Brazil; with a full account of the gold and diamond mines. London: Tinsley Brothers, 1869. 2 v.
- DEBRET, Jean-Baptiste. Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou séjour d'un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831 inclusivement. Paris: Firmin Didot Frères, 1834-1839. 3 t.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. Tratado da terra do Brasil; História da Província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.
- GARDNER, George. Travels in the Interior of Brazil, principally through the Northern Provinces, and the Gold and Diamond Districts, during the years 1836-1841. London: Reeve, Brothers, 1846.
- GRAHAM, Maria. Journal of a Voyage to Brazil, and Residence There, during part of the years 1821, 1822, 1823. London: Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green; J. Murray, 1824.
- KOSTER, Henry. Travels in Brazil. London: Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, 1816.
- KOSTER, Henry. Viagens ao Nordeste do Brasil. Tradução e notas de Luís da Câmara Cascudo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.
- LÉRY, Jean de. Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil, autrement dite Amérique. La Rochelle: Antoine Chuppin, 1578.
- LÉRY, Jean de. Viagem à terra do Brasil. Tradução e notas de Sérgio Millet. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

- MAWE, John. *Travels in the Interior of Brazil; with notices on its climate, agriculture, commerce, population, mines, manners, and customs*. 2. ed. London: Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, 1822.
- MORAES, Paschoal de. A cultura do “Fructo Conquistador”. *Chácaras e Quintaes*, Rio de Janeiro, v. II, n. 5, p. 41-48, nov. 1910.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes*. Paris: Grimbert et Dorez, 1830. 2 v.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Voyage dans les provinces de Saint-Paul et de Sainte-Catherine*. Paris: Arthus Bertrand, 1851.
- SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil: 1500-1627*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.
- SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Edição de Francisco Adolfo de Varnhagen. 2. ed. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879.
- SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017. 3 v.
- TOMCHINSKY, Bernardo; MING, Lin Chau. As plantas comestíveis no Brasil dos séculos XVI e XVII segundo relatos de época. *Rodriguésia*, Rio de Janeiro, v. 70, e03792017, 2019. DOI: 10.1590/2175-7860201970040.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

- BAHIA. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR). Investimentos do Governo do Estado garantem funcionamento da Barragem de Ponto Novo com 100% da sua capacidade. 5 abr. 2019.
- BAHIA. Casa Civil. Implantação de fusegate na barragem de Ponto Novo leva água para consumo e produção a mais de 300 mil pessoas. 3 fev. 2022.
- BAHIA. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA). Informativo Semanal nº 07, 07 a 13 de fevereiro de 2017.
- BAHIA. Secretaria da Agricultura. Chuva no interior traz esperança para agropecuaristas do semiárido. 23 jan. 2013.
- BAHIA. Secretaria da Agricultura. Secretário da Agricultura visita perímetros irrigados de Ponto Novo e Várzea da Roça. 1 fev. 2013.
- BAHIA. Secretaria da Agricultura. Governo discute com comunidade de Ponto Novo manutenção do projeto de irrigação. 11 abr. 2013.
- BAHIA. Secretaria da Agricultura. Oferta de água é ampliada na região de Serrinha e Conceição do Coité. 18 abr. 2013.
- BAHIA. Secretaria da Agricultura. Produção de banana cai por falta de irrigação. 29 abr. 2013.
- BAHIA. Secretaria da Agricultura. Distrito de Irrigação em Ponto Novo caminha para a sustentabilidade. 3 ago. 2011.
- BAHIA. Secretaria de Comunicação Social. Financiamento estimula desenvolvimento em Ponto Novo. 9 set. 2010.
- BAHIA. Secretaria do Meio Ambiente. Governo investe em tecnologia francesa para aumentar capacidade de armazenamento de água. 2 jan. 2013.
- COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ITAPICURU. Deliberação CBHI nº 06, de 15 de abril de 2019; Deliberação CBHI nº 09, de 26 de setembro de 2019.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Ocupações/Retomadas 2017. Registro relativo à Área da Empresa Sítio Barreiras/Acampamento União, Ponto Novo-BA.
- COSTA, Renata Dias. Avaliação de políticas públicas: uma avaliação da percepção do Projeto de Irrigação de Ponto Novo-BA. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, 2013.
- FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA (FIDA). Rural Sustainable Development Project in the Semi-arid Region of Bahia: Mid-term Review, Main Report and Appendices. 19 dez. 2018.

- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Por orçamento para Reforma Agrária, MST ocupa Ministério e amplia jornada para 16 estados. 17 out. 2017.
- SILVA, Onildo Araújo da. Conflitos agrários, movimentos sociais e a ação de governos neoliberais: o caso do município de Ponto Novo no Estado da Bahia - Brasil. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, v. 8, n. 15, fev. 2013.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. PET Agronomia. Boletim, edição especial, set. 2010.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. Relação de convênios da Coordenação de Estágios: Ponto Novo Fruticultura Ltda. - Sítio Barreiras, Convênio nº 125/2016.
- WEB INTERATIVA / PORTAL JAGUARARI. Ponto Novo: por conta da estiagem, Sítio Barreiras deverá sofrer corte no número de funcionários, diz proprietário. 26 jan. 2017.
- ASCOM SERIN, reprodução em Blog do Rogério Alves. Prefeito reivindica ampliação da barragem de Ponto Novo e apoio a projeto de educação. 7 jul. 2016.
- CALDEIRÃO DO POVO. Ponto Novo: alunos e escolas brilham na premiação do Projeto Educação e Sustentabilidade. 27 nov. 2016.

NOTAS

¹ Termo outrora muito usual quando em referência aos vendedores ambulantes.

² COSTA, Renata Dias. Avaliação de políticas públicas: uma avaliação da percepção do Projeto de Irrigação de Ponto Novo-BA. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. A pesquisa registra a instalação do Sítio Barreiras em Ponto Novo em 2007 e, em entrevista de 29 mar. 2012, a expansão da empresa a partir do Ceará, relacionada à infraestrutura e à disponibilidade de área e água do projeto. Ver também SILVA, Onildo Araújo da. Conflitos agrários, movimentos sociais e a ação de governos neoliberais: o caso do município de Ponto Novo no Estado da Bahia - Brasil. Campo-Terrítório, v. 8, n. 15, fev. 2013, para a distribuição das áreas empresariais em 2007 (Sítio Barreiras: 300 ha; maior empreendimento: 1.100 ha). <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/29454/1/Renata%20Dias%20Costa.pdf> ; <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/download/17651/12058/83296>. Acesso em: 11 set. 2026.

³ 'O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) ocupou nesta segunda-feira (08) a sede da empresa Sítio Barreiras'. Registro contemporâneo publicado em 8 mar. 2010, em veículo ligado à mobilização; ver também a notícia posterior sobre o encerramento da ocupação após a confirmação de audiência com o poder público. <https://internetneews.blogspot.com/2010/03/o-movimento-dos-pequenos-agricultores.html?m=0> ; <https://internetneews.blogspot.com/2010/03/mpa-bahia-termina-ocupacao-com-mais-uma.html?m=0>. Por se tratar de fonte produzida no contexto do próprio movimento, ela é utilizada aqui apenas para documentar a ocorrência, a data e a pauta declarada. Acesso em: 11 set. 2026.

⁴ SILVA, Onildo Araújo da. Conflitos agrários, movimentos sociais e a ação de governos neoliberais: o caso do município de Ponto Novo no Estado da Bahia - Brasil. Campo-Terrítório: Revista de Geografia Agrária, v. 8, n. 15, fev. 2013. O artigo registra a constituição, em 2008, do Acampamento Terra Nossa, ligado ao MPA, nas proximidades da área do Sítio Barreiras. <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/download/17651/12058/83296>. Acesso em: 11 set. 2026.

⁵ BAHIA. Secretaria da Agricultura. Distrito de Irrigação em Ponto Novo caminha para a sustentabilidade. 3 ago. 2011. A publicação registra 146 famílias em 730 ha irrigados e informa que o Sítio Barreiras empregava mais de 500 trabalhadores da região, além de mencionar a perspectiva de uma unidade de beneficiamento. <https://www.ba.gov.br/seagri/noticias/2011/08/03/distrito-de-irriga%C3%A7%C3%A3o-em-ponto-novo-caminha-para-sustentabilidade>. Acesso em: 11 set. 2026.

⁶ BAHIA. Secretaria de Comunicação Social. Financiamento estimula desenvolvimento em Ponto Novo. 9 set. 2010. A notícia oficial registra financiamento de R\$ 8 milhões, implantação de mais 160 ha de banana, área total de 1.013 ha e 540 ha então produtivos. <https://www.ba.gov.br/comunicacao/2010/09/noticias/financiamento-estimula-desenvolvimento-em-ponto-novo>. Acesso em: 11 set. 2026.

⁷ COSTA, Renata Dias. Avaliação de políticas públicas: uma avaliação da percepção do Projeto de Irrigação de Ponto Novo-BA. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, 2013. Ver, especialmente, as entrevistas transcritas às p. 135 e 149: a primeira menciona cursos oferecidos pelo Sítio Barreiras a empregados e público externo; a segunda, prestada em 29 mar. 2012, registra visitas de campo com reassentados e três ocasiões em que profissionais de Santa Catarina e São Paulo foram levados à região para capacitações destinadas ao público externo. <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/29454/1/Renata%20Dias%20Costa.pdf>. Acesso em: 11 set. 2026.

⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. PET Agro-nomia. Boletim, edição especial, set. 2010, com visita técnica ao Sítio Barreiras entre as atividades previstas. <https://www2.ufrb.edu.br/petagronomia/component/phocadownload/category/1-boletim?download=1%3Aboletim-20102-pdf>. UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. Relação de convênios da Coordenação de Estágios, registro de Ponto Novo Fruticultura Ltda. - Sítio Barreiras, Convênio nº 125/2016. <https://portais.univasf.edu.br/proex/banco-de-dados/formularios/convenios-univasf-coordenacao-de-estagios-1.pdf>. Os documentos comprovam a previsão da visita e a existência do convênio, mas não quantificam estudantes efetivamente recebidos. Acesso em: 11 set. 2026.

⁹ ASCOM SERIN. Registro reproduzido em Blog do Rogério Alves: Prefeito reivindica ampliação da barragem de Ponto Novo e apoio a projeto de educação. 7 jul. 2016. A notícia descreve o Projeto Educ 2016 como parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e o Sítio Barreiras, com eixos de educação e sustentabilidade. <https://blogrogerioalves.blogspot.com/2016/07/prefeito-reivindica-ampliacao-da.html>. Ver também CALDEIRÃO DO POVO.

Ponto Novo: alunos e escolas brilham na premiação do Projeto Educação e Sustentabilidade. 27 nov. 2016, sobre a cerimônia de encerramento realizada em 26 nov. 2016. <https://caldeiraodopovocg.blogspot.com/2016/11/?m=0>. Acesso em: 11 set. 2026.

¹⁰ BAHIA. Secretaria do Meio Ambiente. Governo investe em tecnologia francesa para aumentar capacidade de armazenamento de água. Publicação de 2 jan. 2013 sobre reunião realizada em 28 dez. 2012: registra a redução da irrigação de 12 para 4 horas diárias a partir de janeiro e o projeto do sistema Fusegate, então estimado para elevar em cerca de 24% a capacidade do reservatório. <https://www.ba.gov.br/meioambiente/noticia/2024-02/13383/governo-investe-em-tecnologia-francesa-para-aumentar-capacidade-de>. Ver também BAHIA. Secretaria da Agricultura. Secretário da Agricultura visita perímetros irrigados de Ponto Novo e Várzea da Roça. 1 fev. 2013. <https://www.ba.gov.br/seagri/noticias/2013/02/01/secret%C3%A1rio-da-agricultura-visita-per%C3%ADmetros-irrigados-de-ponto-novo-e-v%C3%A1rzea-da>. Acesso em: 11 set. 2026.

¹¹ BAHIA. Secretaria da Agricultura. Chuva no interior traz esperança para agropecuaristas do semiárido. 23 jan. 2013. A publicação descreve Pindobaçu como barragem que dá suporte a Ponto Novo. <https://www.ba.gov.br/seagri/noticias/2013/01/23/chuva-no-interior-traz-esperan%C3%A7a-para-agropecuaristas-do-semi%C3%A1rido>. BAHIA. Secretaria da Agricultura. Secretário da Agricultura visita perímetros irrigados de Ponto Novo e Várzea da Roça. 1 fev. 2013. A matéria registra Pindobaçu com 100% da capacidade e o pedido local de liberação de água para reforçar Ponto Novo. <https://www.ba.gov.br/seagri/noticias/2013/02/01/secret%C3%A1rio-da-agricultura-visita-per%C3%ADmetros-irrigados-de-ponto-novo-e-v%C3%A1rzea-da>. Acesso em: 11 set. 2026.

¹² BAHIA. Secretaria da Agricultura. Oferta de água é ampliada na região de Serrinha e Conceição do Coité. 18 abr. 2013. A publicação registra os testes da adutora Ponto Novo-Senhor do Bonfim/Jaguarari, 46,7 km de tubulação preexistente mais 4,3 km finais, quatro estações de bombeamento, vazão aproximada de 140 L/s, investimento emergencial de R\$ 6 milhões e integração a empreendimento estimado em R\$ 58,1 milhões. <https://www.ba.gov.br/seagri/noticias/2013/04/18/oferta-de-%C3%A1gua-%C3%A9-ampliada-na-regi%C3%A3o-de-serrinha-e-concei%C3%A7%C3%A3o-do-coit%C3%A9>. Acesso em: 11 set. 2026.

¹³ BAHIA. Secretaria da Agricultura. Produção de banana cai por falta de irrigação. 29 abr. 2013. A notícia oficial relaciona as restrições hídricas à redução da irrigação e da produção de banana e registra demissões ocorridas no Sítio Barreiras naquele contexto.

<https://www.ba.gov.br/seagri/noticias/2013/04/29/produ%C3%A7%C3%A3o-de-banana-cai-por-falta-de-irriga%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 11 set. 2026.

¹⁴ WEB INTERATIVA / PORTAL JAGUARARI. Ponto Novo: por conta da estiagem, Sítio Barreiras deverá sofrer corte no número de funcionários, diz proprietário. 26 jan. 2017. A entrevista atribui a Fábio Régis a informação de que o racionamento vinha desde setembro de 2016, com irrigação reduzida a dois dias por semana, e registra a previsão de cortes no quadro de empregados. <https://www.portaljaguarari.com.br/2017/01/ponto-novo-por-conta-da-estiagem-sitio.html>. Acesso em: 11 set. 2026.

¹⁵ BAHIA. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA). Informativo Semanal nº 07, período de 7 a 13 fev. 2017. O quadro oficial registra Ponto Novo com 10,72 hm³ e 17,65% de volume útil e Pindobaçu com 6,76 hm³ e 39,98%; classifica Pindobaçu para 'abastecimento e irrigação'. https://www.ba.gov.br/inema/sites/site-inema/files/migracao_2024/arquivos/wp-content/uploads/2015/02/INFORMATIVO-SEMANAL-N%C2%BA-07-2017.pdf. Acesso em: 11 set. 2026.

¹⁶ FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA (FIDA). Rural Sustainable Development Project in the Semi-arid Region of Bahia - Pró-Semiárido: Mid-term Review, Main Report and Appendices. 19 dez. 2018. O relatório registra a suspensão da distribuição de água para irrigação a partir de fevereiro de 2017 por aproximadamente 18 meses, perdas quase totais nas 145 parcelas e na empresa, retomada no segundo semestre de 2018, dispensa de cerca de 680 empregados pelo Sítio Barreiras e desativação da unidade. <https://www.ifad.org/documents/d/new-ifad.org/brazil-1100001674-pro-semi-arid-project-interim-mid-term-review-report-december-2018>. Acesso em: 11 set. 2026.

¹⁷ FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA (FIDA). Rural Sustainable Development Project in the Semi-arid Region of Bahia - Pró-Semiárido: Mid-term Review, Main Report and Appendices. 19 dez. 2018. No mesmo diagnóstico, o relatório estima, além dos cerca de 680 postos do Sítio Barreiras, a extinção de mais de mil outros empregos diretos e de aproximadamente 1.500 a 2.000 empregos indiretos em decorrência da crise do perímetro. Trata-se de estimativa do relatório, e não de contagem independente realizada neste texto. <https://www.ifad.org/documents/d/new-ifad.org/brazil-1100001674-pro-semi-arid-project-interim-mid-term-review-report-december-2018>. Acesso em: 11 set. 2026.

¹⁸ Para as relações de capacitação e educação mencionadas neste parágrafo, ver: COSTA, Renata Dias. Avaliação de políticas públicas: uma avaliação da percepção do Projeto de Irrigação de Ponto Novo-BA. UFBA, 2013,

especialmente entrevistas às p. 135 e 149; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. PET Agronomia. Boletim, set. 2010; UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. Relação de convênios da Coordenação de Estágios, Convênio nº 125/2016; ASCOM SERIN, reprodução em Blog do Rogério Alves, 7 jul. 2016; CALDEIRÃO DO POVO, 27 nov. 2016. <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/29454/1/Re-nata%20Dias%20Costa.pdf> ; <https://www2.ufrb.edu.br/petagronomia/component/phocadownload/category/1-boletim?download=1%3Aboletim-20102-pdf> ; <https://portais.univasf.edu.br/proex/banco-de-dados/formularios/convenios-univasf-coordenacao-de-estagios-1.pdf> ; <https://blogrogerio-alves.blogspot.com/2016/07/prefeito-reivindica-ampliacao-da.html> ; <https://caldeiraodopovocg.blogspot.com/2016/11/?m=0>. Acesso em: 11 set. 2026.

¹⁹ BAHIA. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR). Investimentos do Governo do Estado garantem funcionamento da Barragem de Ponto Novo com 100% da sua capacidade. 5 abr. 2019. A fonte registra acréscimo de aproximadamente 9,34 milhões de m³, cerca de 24%, com o Fusegate. <https://www.ba.gov.br/car/noticias/investimentos-do-governo-do-estado-garantem-funcionamento-da-barragem-de-ponto-novo-com>. Ver também BAHIA. Casa Civil. Implantação de fusegate na barragem de Ponto Novo leva água para consumo e produção a mais de 300 mil pessoas. 3 fev. 2022, que situa a implantação em 2018 e relaciona a intervenção à reativação do perímetro e ao retorno de cerca de 145 famílias à produção. <https://www.ba.gov.br/casacivil/noticia/2024-05/1969/implantacao-de-fuse-gate-na-barragem-de-ponto-novo-leva-agua-para-consumo-e>. Acesso em: 11 set. 2026.

²⁰ COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ITAPICURU. Deliberação CBHI nº 06, de 15 abr. 2019. O Comitê solicita a suspensão das obras da adutora Ponto Novo-Pedras Altas até discussão e aprovação de planejamento hídrico e demanda estudos atualizados de disponibilidade e demanda. https://www.ba.gov.br/inema/sites/site-inema/files/migracao_2024/arquivos/wp-content/files/Deliberacao_n06-2019_-_CBHI_-_Suspensao_das_Obras_da_Adutora_Ponto_Novo_Pedras_Altas.pdf. Id. Deliberação CBHI nº 09, de 26 set. 2019, que instaura processo de resolução de conflito e registra, na perspectiva do Comitê, insuficiência da documentação técnica apresentada quanto ao balanço disponibilidade-demanda para a nova captação. https://www.ba.gov.br/inema/sites/site-inema/files/migracao_2024/arquivos/wp-content/files/Deliberacao_n09-2019_-_CBHI_-_Admissao_de_conflito_Ponto_Novo_Pedras_Altas.pdf. Acesso em: 11 set. 2026.